

LINHA

VERMELHA

anticapitalista, antifascista e ecossocialista

EUA PEGA FOGO



Uma nova era de
desantropomorfização
do trabalho?



Balanco: três anos de
Guerra da OTAN na
Ucrânia, contra a Rússia



Vitoriosa!
Caravana Nacional
Glauber Fica!

Índice

Apresentação	5
Para ganhar em 2026, tem que passar na prova de 2025 Berna Menezes, Everton Vieira, André Trindade e Milton Temer	6
Esquerda, direita e a distribuição desigual dos medos Pedro Amaral	9
Uma nova era de desantropomorfização do trabalho? Ricardo Antunes	13
Neofascismo não é raio em céu azul Milton Temer	18
Bancada da Bíblia ou Bancada do Pix? Quando usar o nome de Deus dá lucro Jorge Francisco Oliveira Guimarães	22
A sobrevivência é a utopia do século XXI Luiz Marques	24
Segurança Pública sob a perspectiva da esquerda: o Fim da Barbárie como Projeto de Nação Kleber Rosa	29
Vitoriosa Caravana Nacional Glauber Fica	30
Dois lados da mesma política: Governo Lula e Banco Central na arquitetura da estagnação David Deccache	32
Bases materiais da violência de gênero: a luta feminista no enfrentamento a reprodução do patriarcado Marcela Carnaúba	35
Balanço: três anos de Guerra da OTAN na Ucrânia, contra a Rússia Aldino Graef e Enio Bucchioni	39
Donald Trump e o Panamá: De volta a 1903? Olmedo Beluche	45
Venezuela rebelde II Mário Azeredo	48
A juventude exige um novo futuro no presente Ocupe! Juventude Socialista	52
O VI Congresso e o giro à esquerda da Rede Sustentabilidade Elson Lourinho e Andrea Amador	54



Conselho Editorial:

André Trindade, **Andrea** Caldas, **Arlei** Medeiros, **Berna** Menezes, **Débora** Camilo, **Everton** Vizeira, **Francisvaldo** Mendes, **Gianfrancesco** Santos, **Guilherme** Prado, **Kléber** Rosa, **Marcela** Carnaúba, **Mário** Azeredo, **Milton** Temer, **Neiva** Lazzarotto, **Pedro** Amaral, **Robério** Paulino, **Rodrigo** Tomazini e **Socorro** Setúbal.

Convidados para esta edição:

Glauber Braga, **Olmedo** Beluche, **David** Deccache, **Ricardo** Antunes, **Ênio** Bucchioni, **Aldino** Graef, **Jorge** F. de Oliveira Guimarães, **Luiz** Marques, **Elson** Lourinho, **Andrea** Amador.

Projeto gráfico e editoração:

Alternativa Mídia e Gestão

Tradução e revisão:

Bianca Damascena

Foto capa: Jim Vondruska/Getty Images

CAPA

Quando estávamos fechando essa edição da Linha Vermelha, explodiu a resistência dos imigrantes nos EUA. Esse é só o começo de uma guerra de classes provocada por Trump, mas que o povo vai derrotá-lo nas ruas de todas as principais cidades do país.

linhavermelha.org.br

apresentação

Linha Vermelha

Linha Vermelha quer refletir sobre a realidade brasileira, latino-americana e mundial com foco na necessidade do socialismo e na denúncia das iniquidades do capitalismo neoliberal. Capitalismo que, em sua fase atual, coloca em risco a existência da própria humanidade. Seguimos acreditando: barbárie não é destino!

A vida é rara. Somos produto de um conjunto de coincidências espetaculares que nos deu essa experiência única neste mundo. Somos marxistas, não acreditamos que nosso futuro esteja escrito nas estrelas e muito menos nas mãos de líderes ou mentes geniais, pois estes também são produto da coletividade e da construção humana em sua relação com o mundo ao redor. O porvir está em nossas mãos. Nas mãos dos trabalhadores que insistem em lutar por outro mundo; está nas greves dos trabalhadores da Amazon, nas revoltas dos indígenas na Bolívia e dos que ocupam a Secretaria de Educação em Belém. Está nas greves da Volkswagen, nas mobilizações argentinas ou na Gré-

cia, na incansável e heroica resistência palestina, nas rebeliões do Sahel africano, que botaram os colonialistas franceses para correr e muitos outros combates daqueles que não depuseram as armas da “velha” e sempre atual luta de classes.

Linha Vermelha é uma iniciativa da organização Fortalecer o PSOL, que atua no interior do Partido e nos movimentos. Contamos nesta desafiadora tarefa com uma equipe de militantes e companheiros de sonhos. São velhos e novos pensadores, acadêmicos, jornalistas, internacionalistas e militantes de esquerda dedicados a transformar as vidas de nossos povos. São membros do Conselho Editorial e convidados que transformam essas ideias e ideais em algo concreto, como a revista *Linha Vermelha*.

Convidamos você a nos conhecer e fazer parte desta trincheira. A trincheira de uma revista anti-imperialista, anti-capitalista e ecossocialista!

Junho 2025



Governo Lula lançou Plano Safra 24/25 com R\$ 400,59 bilhões para o agronegócio

Para ganhar em 2026, tem que passar na prova de 2025



Berna Menezes

Historiadora, Secretária Geral do PSOL Nacional



Everton Vieira

Professor e membro da Executiva Nacional do PSOL.



André Trindade

Membro do Diretório Nacional do PSOL e coordenador da Agência Alternativa Mídia e Gestão



Milton Temer

Jornalista, ex-deputado, fundador e membro da Direção Nacional do PSOL.

A guerra tarifária implementada pelo governo Trump evidencia uma crise no interior do imperialismo norte americano, como a “briga de rinha” entre os oligarcas Trump x Musk tem demonstrado. Também evidencia a incapacidade da ultradireita e do imperialismo ianque, em nível internacional de salvar o capitalismo ocidental. Em nosso país, o fracassado golpe de 8 de janeiro, colocou o bolsonarismo na defensiva,

aprofundada pela fuga de Eduardo Bolsonaro e Carla Zambelli, além da provável prisão de generais. Mas se o governo Lula seguir cedendo ao rentismo e aplicando medidas anti-povo, vai manter a direita como um todo viva. Esta, hoje, vai driblando a crise como em uma corrida de revezamento. Bolsonaro “cansa” e será substituído por Tarcísio, Ratinho ou ainda Leite – candidato da Globo.

O QUE A ESQUERDA CONSEQUENTE DEVE FAZER? Seguir sendo aliada menor de um governo que sobrevive por “aparelhos” ou se apresentar no primeiro turno, acumulando forças e manter uma alternativa para um Brasil que não pode seguir sendo eternamente país do futuro? Queremos ser o Brasil do presente!

A história já mostrou para onde nos leva a entreguista elite brasileira.

André Trindade | Berna Menezes | Everton Vieira | Milton Temer

BESTIALIZADOS. Assim foi como o jornalista Aristides Lobo caracterizou a reação popular diante da forma como se proclamou a República no Brasil. Fazia sentido. Tratava-se de mais um momento de mudança radical de rumos que as classes dominantes impunham ao país, sem que tal mudança sentisse presença de ruptura insurrecional popular.

Bestializados, pode-se afirmar, é o que parece marcar o sentimento do povo trabalhador brasileiro diante de um próximo momento decisivo para seu destino - a campanha presidencial de 2026 -, diante da forma como o processo vem sendo conduzido pelas cúpulas partidárias de um cenário supostamente polarizado, mas que de polarizado nada tem no essencial. Há, na verdade, uma disputa de métodos na condução da mesma política centrada nos interesses do rentismo e do agronegócio - uma parte da burguesia, e sua vulnerável classe média, para além de amplos segmentos militares e das polícias, optando pelo autoritarismo repressivo. Com a outra ponta, dividida entre as formas mais suaves de controle social no atendimento das exigências do insaciável “mercado”.

Cenário, portanto, absolutamente favorável aos segmentos mais radicais do negacionismo democrático, por, assumirem eles, a radicalidade rupturista “contra tudo isso que está aí”, por conta da forma leviana como as principais expressões reconhecidas como do campo de uma esquerda supostamente socialista se entregam passivamente a políticas moderadoras, sempre sob os ditames das classes dominantes.

Sim, é expressiva a responsabili-

dade dos que, a partir de 2003, com a chegada ao Planalto, brecaram esperanças prometidas de rompimento com a herança nefasta do neoliberalismo tardio que nos assolou em toda a década de 1990.

LULA chegava ao governo com apoio popular intenso. A massa que ocupou a Esplanada dos Ministérios no dia da posse correspondia à que o PT, e seu braço sindical, a CUT, haviam mobilizado no combate radical à privatização do mandarinato tucano.

MAS QUAL O QUÊ...o transformismo que já assolava a cúpula lulista do PT desde a derrota na eleição dada como certa na campanha de 1994 se impunha sem peias. Resolução, aliás, que revelou um dos mais enfáticos e incisivos documentos de denúncia contra o governo FHC e que apresenta, no desdobramento dessas denúncias uma proposta radical: “II - DERROTAR O NEO-

LIBERALISMO E CONSTRUIR UM NOVO GOVERNO DEMOCRÁTICO E POPULAR”.

Mas o que fez o governo Lula na tomada das primeiras decisões? Convocou o “companheiro” Henrique Meirelles para a presidência do Banco Central, conferindo-lhe autonomia que esse BC só viria a ter por lei em 2021. Como consequência dessa nomeação inaceitável – Henrique Meirelles havia sido eleito deputado federal pelo PSDB, cargo ao qual renunciou certo de que acordos de Lula em Washington, geradores da famigerada Carta aos Brasileiros, o manteriam.

Formada a parceria sinistra, ao invés de desmontagem do modelo privatista e antissocial anterior, o governo não só manteve, como ampliou a política de submissão ao sistema financeiro privado, que havia implantado com a Lei de Responsabilidade Fiscal.

O que ocorre, como desdobramento, com o movimento político-social que vinha de um largo período de ação organizada, com mobilizações e ocupações da Esplanada dos Ministérios? Imobiliza-se.



Flickr/@institutolula

Mais grave ainda, dá concretude a essa rendição implantando os primeiros passos - em ataque aos servidores - da contrarreforma da Seguridade Social universalizada no governo golpista de Michel Temer.

O que ocorre, como desdobramento, com o movimento político-social que vinha de um longo período de ação organizada, com mobilizações e ocupações da Esplanada dos Ministérios? Imobiliza-se. Bestializa-se. E daí aos dias atuais, é água ladeira abaixo. Ou fogo montanha acima. Numa sequência que pode ser bem simbolizada nesse trecho de matéria no portal da bancada do PT no Senado, ao festejar, em 2015, a venda de 29 usinas hidroelétricas sob controle público: defendendo as exigências:

“O leilão das 29 usinas garantiu o pagamento de R\$ 17 bilhões em bônus pelas empresas. Esse valor será destinado ao Tesouro Nacional e contribuirá para o es-

forço do governo no equilíbrio das contas públicas...”.

Hoje segue a política de uma no cravo e outra na ferradura. A taxa de juros que tanto Lula bravejou contra, quando Campos Neto esteve na Presidência do Banco Central, sumiu com seu apadrinhado Gabriel Galípolo, que elevou os juros aos maiores do mundo. Ataque brutal aos trabalhadores dos Correios, não cumprimento do acordo de greve dos servidores, cortes nas verbas públicas, preço dos alimentos básicos nas alturas. Diante disso as medidas do “bem” desaparecem. Isenção das tarifas de energia elétrica para famílias de baixa renda, isenção de Imposto de Renda para rendas até R\$ 5 mil para o próximo ano, cotas nos serviços públicos.

Nesse contexto, o que cabe à esquerda combativa como forma de recuperar o ânimo de resistência? Sobretudo se aglutinar na tensão sobre o governo federal para que,

Aglutinar na tensão sobre o governo federal para que, no mínimo, cumpra as promessas de campanha, que justificaram o apoio do PSOL no primeiro turno das presidenciais de 2022

no mínimo, cumpra as promessas de campanha, que justificaram o apoio do PSOL no primeiro turno das presidenciais de 2022. Ajuste Social no lugar de Ajuste Fiscal, “Revogaço” das contra-reformas que liquidaram direitos sociais e a legislação trabalhista e Revisão da Privatização da Eletrobrás.

O PSOL estaria nessa linha de frente, coerente com a Resolução em que abriu mão, pela primeira vez, de uma candidatura presidencial no primeiro turno em 2022.

Esquerda, direita e a distribuição desigual dos medos



Pedro Amaral

Mestre em Relações Internacionais e Doutor em Letras (PUC-Rio)

Na divisão tradicional dos papéis de gênero, uma função que a mãe costuma exercer é a de admoestar o filho desobediente, avisando: você vai ver quando seu pai chegar! Em assim fazendo, ela age como correia de transmissão da repressão - função delegada ao marido -, podendo manter a consciência tranquila de quem não bate em criança. Para

o garoto, o anúncio da sova, com horas de antecedência, é um intensificador do castigo - o qual, assim anunciado, passa a estender-se, de certo modo, por todo o dia, em vez de durar apenas alguns minutos de dor intensa.

A imagem me vem à cabeça ao refletir sobre como tem sido recorrente, nos anos recentes, pessoas

que se identificam como de esquerda assumirem algo assim como o papel de bedéis (e também juízes) ético-políticos, alertando aos cor-religionários que apresentam um comportamento “desviante”, “inapropriado”, ou simplesmente “polêmico”: Cuidado, você está dando munição para a extrema direita! Agindo assim, você está contribuindo para que o bolsonarismo cresça e vença as eleições!

Um dia é a performance provocativa da historiadora Tertuliana Lustosa na UFMA (alçada pelos críticos à condição de símbolo da cau-

sa LGBT); noutro é um rebolado funk num evento sobre prevenção no Ministério da Saúde (que a então ministra Nísia Trindade julgou “inadmissível”); antes, causou rebuliço um happening no curso de Artes Visuais da FURG onde havia nudez... E por aí vai.

Como comentou a escritora Amara Moira, é curioso que a mesma admoestação seja incomum no sentido inverso: quando a turba atizada por militares golpistas depredou as sedes dos Três Poderes, e D. Fátima, enrolada no lábaro pátrio, houve por bem defecar num saguão do STF, não houve quem levasse as mãos à cabeça e dissesse: “Agora pronto! O comunismo vai vir com tudo!”

Uma observação: se continuarmos nos prestando a ser correias de transmissão do pânico moral que os neofascistas buscam infundir na sociedade, e assim condenarmos preventivamente (e com veemência, e até com autoflagelação), ora um funk, ora um rebolado, ora uma expressão de sensualidade, que tipo de ambiente acadêmico e que tipo de espaços para manifestações artísticas estaremos criando? Nessa toada, até quando será possível abordar gênero e sexualidade na academia brasileira? A extrema direita, com o falacioso projeto das escolas militarizadas (bizarrice cuja interrupção acaba de ser recomendada pelo Comitê de Direitos da Criança da ONU, atendendo a sugestão de parlamentares do PSOL), já escancarou seu intuito de transformar em quartel o que não é nem tem vocação para sê-lo.

No que se refere ao rebolado, essa expressão cultural afro-brasileira, enquanto não o interdita (a pedi-

Ao que parece, o avanço ideológico da extrema direita infunde um medo real nos hostes progressistas, a ponto de estas passarem a temê-lo como a um cão selvagem, ou o Bicho-Papão

do, quem sabe, da própria esquerda), sugiro que consultem as belas reflexões do etnólogo Câmara Cascudo a respeito.

Ao que parece, o avanço ideológico da extrema direita infunde um medo real nos hostes progressistas, a ponto de estas passarem a temê-lo como a um cão selvagem, ou o Bicho-Papão de nossas infâncias. Em contraste, o “medo do comunismo”, no lado de lá, é antes uma palavra de ordem, um eixo unificador, que um temor verdadeiro a condicionar mudanças de atitude, gestos defensivos (como, digamos, evitar sair à rua com a camisa da CBF, ou calar piadas homofóbicas).

Se é isso mesmo o que se dá, a distribuição desigual de medos é apenas um reflexo do momento que as duas forças políticas atravessam, hoje, no Brasil: uma em ascensão, consolidando e expandindo sua influência; outra sobrevivendo em estado de confusão e autoengano.

(Mas não duvido que parte da elite progressista também pegue carona no conservadorismo da direita para dar azo ao próprio conservadorismo, sem precisar assumi-lo - como a mãe do início que, terceirizando a palmada, não precisa bater no filho que, no fundo, também deseja açoitar.)

Não é fácil, sabemos, o momento que vivem as correntes de esquerda, no mundo, e no Brasil em particular desde os idos de 2013, ainda mal decifrados, quando a serpente do neofascismo rompeu a casca e tomou as ruas, apropriando-se da pauta dos protestos que emergiam e preparando o terreno para sua trágica chegada ao Planalto. Aqui e ali emerge a preocupação do campo progressista com a extrema dependência da figura política de Luiz Inácio Lula da Silva, que venceu a muito duras penas o pleito de 2022 e, cumprida a função - de importância histórica - de livrar o processo

Pedro Amaral

democrático das ameaças do neofascismo, realiza um governo ainda em busca de um projeto, e às voltas com alarmantes índices de rejeição.

Muito já se falou sobre o desempenho do PT e das esquerdas em geral nas eleições municipais de 2024. Nas redes sociais, o vice-líder do governo na Câmara dos Deputados registrou a “performance decepcionante” do Partido nas urnas e criticou “nossa [do PT] desconexão com a realidade”, cobrando mudanças. Algumas das disputas locais retratam bem o quadro aziaço: na capital baiana, o partido de Lula, que governa o Estado há cinco mandatos, sequer ousou lançar candidato; no Rio de Janeiro, eleitores de esquerda despejaram votos

no candidato da direita liberal, notório oportunista (reelegendo-o por ampla margem), com medo de que o araponga lançado pelo bolsonarismo pudesse chegar lá; na maior cidade do país, a campanha lúdica da coligação Amor Por São Paulo, somada ao pragmatismo à outrance refletido na presença de Marta Suplicy na chapa (representando o PT que renegara), se mostrou insuficiente para bater um prefeito de quem, até pouco antes do pleito, a maioria dos paulistanos sequer conhecia o nome; em Porto Alegre, a coligação PT-PSOL foi derrotada pelo síndico reacionário que conduziu de modo desastroso o enfrentamento à maior tragédia climática da história do município.

Nesse cenário adverso, é esperável que se cace o bode expiatório. E uma gama de analistas, dentre eles alguns de prestígio, foi rápida em apontá-lo: é o identitarismo. Como é comum em nosso idioma, o “ismo” encerra uma conotação pejorativa. Neste caso, seria a percepção de que há exagero na importância dada a demandas de grupos sociais historicamente discriminados, cuja pauta reivindicatória se centra na condição que os identifica, cada qual, como grupo: assim as mulheres, os negros, os indígenas, a população LGBTQIA+. Nas páginas amarelas da inefável Veja, um dirigente nacional do PT caracterizou essas pautas como sendo “mais de comportamento”, e como “temática



REPRODUÇÃO

de classe média”, desconectada das “questões econômicas e sociais”.

Um problema decorrente desse tipo de raciocínio é, primeiro, que, levado a ferro e fogo, ele nos conduziria a um retrocesso em relação à própria compreensão das questões econômicas e sociais: afinal, como nos mostraram diversas pensadoras e pensadores brasileiros, a identificação e o enfrentamento dos nossos problemas sociais passa, necessariamente, por questões não só de classe, mas também de gênero e raça.

Segundo: como pensar o Brasil-Colônia, onde se fincaram as raízes do Brasil que aí está, sem articular essas três dimensões da opressão? Seria proveitoso, como sonham os ultraconservadores, darmos um passo atrás na teoria social e descartarmos a obra de uma Lélia González, e suas reflexões sobre interseccionalidade? Seria justo dizermos à população trans, que habita o país que mais mata pessoas trans no mundo, algo do tipo na volta a gente compra, isto é, depois que resolvermos os grandes problemas da

nossa sociedade trataremos das suas aflições? Ou pedirmos aos indígenas que deixem para exigir respeito a seus territórios e tradições culturais quando tivermos avançado no resgate da nossa dívida social?

(Ou ainda, bons bedéis, devemos pedir que reclamem em tom mais baixo, sem ferir ouvidos delicados?)

Tem razão, reconheço, quem aponta que as demandas “identitárias” tendem a ser esvaziadas de sentido se desvinculadas de mudanças mais profundas na hierarquia de classe, gênero e raça do nosso país capitalista periférico, e assim reduzidas a uma espécie de fetiche da representação. Aí cabe avaliar o que as lideranças, a institucionalidade, o governo federal inclusive, têm feito para alterar a correlação de forças e promover as reclamadas mudanças estruturais.

Nesse particular, os sinais são inquietantes: incerta em relação à própria razão de ser, a centro-esquerda parece alimentar a esperança equilibrada de celebrar o casamento entre promessas de avanço com o vere-

dicto de que a Constituição Cidadã não cabe no sacrossanto “arcabouço fiscal”.

Fariam bem os nossos analistas à esquerda - ao menos aqueles, dentre eles, de quem é razoável esperar alguma coisa - se fossem menos afoitos na caça ao bode expiatório, e, em vez de amplificar o pânico moral fabricado em torno de “performances polêmicas” em universidades ou ministérios, assim gerando cortina de fumaça para as falhas e contradições dos nossos partidos e do governo que lutamos para eleger, nos ajudassem a identificar e superar essas falhas e contradições, a tempo de evitarmos o salto no abismo que se abre diante de nossos olhos.

Segue atual como nunca a frase do sociólogo Pierre Bordieu, proclamada há 30 anos durante uma manifestação de apoio à greve dos trabalhadores rodoviários na Gare de Lyon (Paris): “Precisamos de uma esquerda de esquerda”. Ou seja, uma esquerda que não se limite a (tentar) ser uma versão mais branda da direita neoliberal, mas que se oponha radicalmente à mercantilização da vida, e que cerre fileiras em defesa de políticas sociais robustas, igualitárias e emancipatórias, apontando para um novo projeto de país e de humanidade.

P.S: O que falta para o Brasil, indo além dos belos discursos, romper relações com o enclave sionista, contribuindo de modo efetivo para deter o genocídio palestino, a que a chamada “comunidade internacional” assiste em tempo real, entorpecida? É moralmente justificável seguirmos vendendo petróleo para Israel?

Uma nova era de desantropomorfização do trabalho?



Ricardo Antunes

Sociólogo, professor da Unicamp e um dos fundadores do PSOL.

Foi em pleno horror da pandemia do Covid-19 que se evidenciou o cenário devastador a que o siste-

ma de metabolismo antissocial do capital (Mészáros, 2002) levou a humanidade. Inserido em uma crise estrutural

que começou no início da década de 1970, essa processualidade destrutiva se aprofundou em 2008/9, até chegar às guerras genocidas de nossos dias.

O cenário estampa é claro: destruição da natureza, devastação do trabalho e aumento das desigualdades sociais, expansão dos neo-

Ou seja, uma esquerda que não se limite a (tentar) ser uma versão mais branda da direita neoliberal, mas que se oponha radicalmente à mercantilização da vida

**Mais flexibilização,
informalidade,
terceirização,
precarização, trabalho
intermitente e uberizado.
Foi assim que as
plataformas digitais
gestaram essa realidade –
a pandemia da uberização**

fascismos, xenofobia, homofobia, racismo, dentre tantas aberrações que vem obstando qualquer possibilidade de *igualdade substantiva*.

Foi sob esse impacto que desenvolvi o conceito político de *capitalismo pandêmico* (Antunes, 2022), resultado dos descabros que orbitavam entre a regressividade neoliberal e a prática aberrante de governos autocráticos, com suas ações genocidas durante a pandemia, como vimos no Brasil e nos Estados Unidos, somente para dar dois exemplos emblemáticos. Destrutividade que se intensificou enormemente com as guerras de ocupação da Rússia à Ucrânia, tendo a OTAN como participante belicista ativo e, mais recentemente, a ação genocida do governo neofascista de Israel, no massacre à população palestina de Gaza.

Em relação ao trabalho, se é verdade que a precarização antecede em muito a pandemia, com sua

eclosão ampliaram-se as ações do capital visando intensificar ainda mais a precarização da classe trabalhadora. As longas jornadas de trabalho, a intensificação do tripé *exploração, espoliação e expropriação*, bem como a burla crescente da legislação social do trabalho, tudo somado fez com que uma nova tragédia maculasse o mundo do trabalho: a *pandemia da uberização*.

Para melhor compreender os significados mais profundos dessas transformações no mundo do trabalho, desenvolvi três teses analíticas, que aqui vou indicar de modo resumido.

**Tese I - Os Novos
Laboratórios de
Experimentação
do Trabalho**

As grandes plataformas digitais intensificaram, durante a pandemia, seus vários *laboratórios de experimen-*

tação do trabalho, visando expandir o *trabalho uberizado* em todos os espaços possíveis, particularmente nos serviços privatizados. Obrigados a realizar *lockdown* para reduzir a contaminação, as empresas implementaram novas *modalidades de trabalho digital*. Dada a massa de desempregados disponíveis, em busca de qualquer trabalho, simultaneamente com a célere expansão das tecnologias de informação e comunicação, ampliaram experimentos como o *home office* e o teletrabalho, ao perceber a expressiva redução de custos e ampliação dos lucros, decorrentes desta prática. Foi assim que, pouco a pouco, ampliou-se ainda mais a *individualização* e *invisibilização* do trabalho, dificultando em muito a solidariedade e consciência que florescem no espaço coletivo, sem deixar de indicar as enormes dificuldades de organização sindical e de auto-organização no trabalho teletrabalho e home office.

Sem a organização sindical e coletiva, ampliaram-se os riscos de perda dos direitos trabalhistas, além de eliminar a separação entre *tempo no trabalho* e *tempo fora do trabalho*, uma vez ambos passaram a ser realizados no espaço residencial, traço que acentuou ainda mais a discriminação de gênero, visto que afetou mais fortemente o trabalho feminino, através da intensificação do trabalho e do aumento da opressão decorrente do patriarcalismo e da violência doméstica.

O resultado foi claro: mais flexibilização, informalidade, terceirização, precarização, trabalho intermitente e uberizado. Foi assim que as plataformas digitais gestaram essa realidade – a *pandemia da uberização*.

Ricardo Antunes

Inicialmente concebida para reduzir a contaminação na pandemia, pouco a pouco foi se consagrando uma nova pragmática em relação ao trabalho com as seguintes características: não há mais limites de *tempo* e de *jornada* de trabalho; a *separação entre tempo de trabalho e tempo de vida* se reduz e a regulamentação protetora do trabalho sofre um processo de corrosão, sob o eufemismo da flexibilização, do “empreendedorismo” e da aparente “autonomia” do trabalho. O cronômetro de Taylor foi substituído pelo infernal “*sistema de metas*”, cada vez mais *interiorizado na subjetividade operária*. Foi por isso que, no livro *Adens o Trabalho?* (Antunes, 1995) pude afirmar que o ideário toyotista objetivava converter *os/as trabalhadores/as em déspotas de si mesmos*. Se isso já não bastasse, as mutações e metamorfoses foram ainda mais intensas, os que nos levou à *segunda tese*.

**Tese II: O Capitalismo de
Plataforma se assemelha à
Protoforma do Capitalismo**

Nessa tese procuramos elucidar um *aparente paradoxo*: por que o *sistema de reprodução do capital*, sob hegemonia financeira, vem cada vez mais recuperando *formas arcaicas de trabalho*, típicas da *protoforma do capitalismo*?

Sabemos que nos séculos XVIII e XIX, as jornadas de trabalho eram extenuantes e o tripé *exploração, expropriação e espoliação da força de trabalho* atingia não só o trabalho masculino, mas também o das mulheres e crianças.

Nossa formulação, provocativamente, indica que o *capitalismo de plataforma* tem algo em comum com a *protoforma do capitalismo*, ao recuperar formas pretéritas de *exploração* em plena era digital. O *velho e o novo se retroalimentam*, de que são exemplos o *putting-out system* e *outsourcing*, que

resurgem no crowdsourcing: o em-buste se apresenta no presente como “encanto”.

Desfaz-se, então, o *aparente paradoxo*: no mesmo período histórico do celerado avanço digital-informacional, *intensificam-se a exploração, expropriação (exclusão dos direitos do trabalho) e espoliação (dependência do capital financeiro ao comprar, financiar ou alugar os instrumentos de trabalho como carros, motos, celulares etc.)* que as empresas não fornecem mais. A Amazon (e Amazon Mechanical Turk), Uber (e Uber Eats), 99, Cabify, Lyft, Ifood, Rappi, Glovo, Deliveroo, Airbnb, são exemplares no uso destas práticas, o que nos leva à terceira tese.

**Tese III: Rumo à
Desantropomorfização
do Trabalho?**

Além das características indicadas acima, presentes no capitalismo atual, há um terceiro ponto ainda mais



letal em relação ao trabalho: trata-se da eclosão do *trabalho em plataformas* quase simultaneamente com a Indústria 4.0. Além da explosão do trabalho uberizado, impulsionado pelas plataformas, a proposta da *Indústria 4.0*, concebida para gerar um novo ciclo tecnológico no mundo produtivo, acelerou os processos produtivos ainda mais em direção à automação e digitalização do trabalho.

Ao tratar qualitativamente desse complexo social, Lukács, referindo-se à Revolução Industrial, afirmou que *a máquina desantropomorfiza o processo de trabalho, alterando-o qualitativamente, uma vez que a atividade humana se restringe a vigiar as máquinas com os olhos e corrigir os defeitos dela com as mãos* (conhecida passagem de Marx, em *O Capital*, retomada pelo filósofo húngaro. (Lukács, 2013).

O que, então, podemos visualizar em relação ao mundo do trabalho de nosso tempo?

De um lado, temos uma ampliação ilimitada do *trabalho uberizado*, em praticamente todas as atividades de serviços privatizados, que tem sido responsável pela explosão do novo proletariado de serviços na era digital. (Antunes, 2018)

Na outra ponta, também sob impulsão do *sistema de metabolismo antissocial do capital*, avança a Indústria 4.0, intensificando ainda mais o *trabalho morto* presente no universo maquínico digital-informacional, cuja resultante é a redução acentuada do *trabalho vivo*, realizado pela atividade humana. Temos, então, mais robotização, potencializado pela inteligência artificial, que fez com que até a *OpenAI*, empresa digital criadora do ChatGPT4, reconhecesse a tendência evidente de aumento do desemprego.

Que consequências podemos, então, descortinar?

Quantitativamente, é incalculável o

tamanho e o volume da ampliação do desemprego, com a proliferação de mais bolsões de descartáveis que o sistema do capital não para de ampliar. *Qualitativamente*, a tese da *desantropomorfização do trabalho* sinaliza que adentramos em um patamar mais profundo de *coisificação, estranhamento e alienação*, uma vez que se aprofunda ainda mais a *subsunção real do trabalho ao capital* (Marx, 2023), acentuando sua condição de *apêndice e autômato* em relação ao mundo digital-informacional do capital que se expande na *fábrica digital* ou na *cyberindústria*. Excluído do conhecimento, comando e controle do novo maquinário informacional-digital, ainda mais fetichizado e coisificado do que na era industrial clássica, o trabalho vivo hoje se defronta com uma realidade mais complexa e difícil, uma vez que desconhece completamente as engrenagens algorítmicas e digitais, que são despersonalizadas. Expulsa da produção presente na Indústria 4.0, resta-lhe buscar a sobrevivência no espaço crescente, ampliado e precarizado do *trabalho uberizado*, sem nenhum direito social e à margem da legislação protetora do trabalho.

Essa é, então, a mais grave consequência *imediata* do processo de *desantropomorfização do trabalho*: para amplos setores da classe trabalhadora, as alternativas se escasseiam: ou recorre ao trabalho uberizado, ou sobra o desemprego. Fora disso, há o embuste mistificador do “empreendedorismo”.

Seu único modo de obstá-lo será através da reorganização das *forças sociais do trabalho*, em suas ações e lutas contra essas tendências, fazendo a confrontação necessária. Possibi-

Ricardo Antunes

lidade plausível, uma vez que sem a *força constituinte do trabalho* não há geração de mais-valor e, consequentemente, o sistema do capital não se valoriza. É por isso que esse *novo proletariado da era digital, em articulação com o conjunto da classe trabalhadora*, vem dando claros sinais de descontentamento, resistência e revolta, em várias partes do mundo, ainda que em meio a tantas dificuldades, uma vez que uma *nova morfologia do trabalho* sinaliza também uma *nova morfologia das lutas sociais*.

Agora voltamos ao começo: a destruição da natureza, a devastação do trabalho e a luta pela *igualdade substantiva* estão intimamente interligadas, uma vez que o *sistema de metabolismo antissocial do capital* lhes impõe um obstáculo intransponível. Dada a necessidade *inadiável* de estancar a destruição da natureza, é imperioso reduzir, visando eliminar, o aquecimento global, a energia fóssil, a produção de agrotóxicos, transgênicos, a extração mineral, a indústria destrutiva, o agronegócio etc.

Quanto ao trabalho, urge, em um primeiro plano, lutar para *trabalhar o estritamente necessário para a produção de bens socialmente úteis, com base no tempo disponível*, em aberta contraposição ao *trabalho em tempo abusivo e ilimitado*, que busca prioritariamente a valorização do capital. Aprendemos durante a pandemia, que uma efetiva recuperação da natureza nos obriga a estancar *tanto* a produção, como o *consumo supérfluos*, o que só é possível através da construção de um *novo sistema de metabolismo verdadeiramente social (e contrário ao capital)*.

Lutar para trabalhar o estritamente necessário para a produção de bens socialmente úteis, com base no tempo disponível, em aberta contraposição ao trabalho em tempo abusivo e ilimitado

É imperioso, então, reinventar um *novo modo de vida*, contrário aos imperativos expansionistas, incontroláveis, destrutivos e belicistas do capital, no qual a *liberdade substantiva* e a *emancipação social* possam alçar suas bases, articulando o *nó ontológico* existente entre *classe, gênero, raça, etnia*, isto é, articulando as lutas simultaneamente *contra a exploração*

do capital e contra as distintas formas de opressão e dominação. Se, de fato, quisermos obstar o fim da humanidade, a reinvenção de um *novo modo de vida* tornou-se o imperativo crucial de nosso tempo.

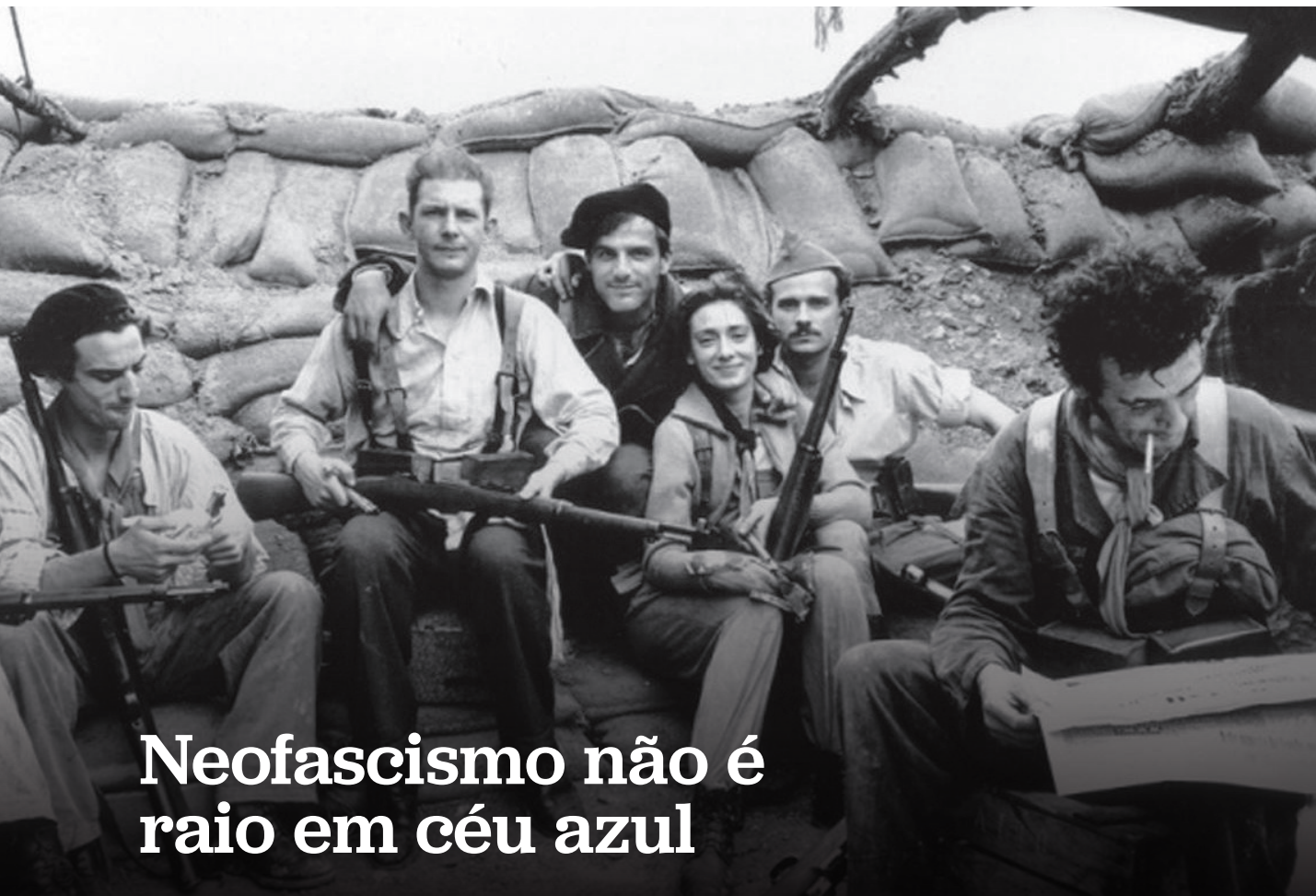
Artigo publicado originalmente na Revista ECOSOCIALISMO, nº 7, de Portugal.

Referências Bibliográficas

- ANTUNES, Ricardo. *Adeus ao trabalho?* São Paulo, Cortez, 1995.
- ANTUNES, Ricardo. *O Privilégio da Servidão: O Novo Proletariado de Serviços na Era Digital*. São Paulo, Boitempo, 2018.
- ANTUNES, Ricardo. *Capitalismo Pandêmico*. São Paulo, Boitempo, 2022.
- ANTUNES, R. (Org.), *Icebergs à deriva: o trabalho nas plataformas digitais*. São Paulo: Boitempo, 2023.
- LUKÁCS, G. *Para uma ontologia do ser*

- social*, v. 2. São Paulo: Boitempo, 2013.
- MARX, Karl. *Capítulo VI inédito de O Capital*. São Paulo, Boitempo, 2023.
- MARX, Karl. *O Capital: Crítica da Economia Política. Livro I: O Processo de Produção do Capital*. São Paulo, Boitempo, 2013.
- MÉSZÁROS, István. *Para Além do Capital*. São Paulo, Boitempo, 2002.
- SRNICEK, N. *Platform capitalism*. Cambridge: Polity Press, 2017.

A mais grave consequência imediata do processo de desantropomorfização do trabalho: para amplos setores da classe trabalhadora, as alternativas se escasseiam: ou recorre ao trabalho uberizado, ou sobra o desemprego



Reprodução / Filme: Tierra y Libertad

Neofascismo não é raio em céu azul



Milton Temer

Jornalista, ex-deputado, fundador e membro da Direção Nacional do PSOL.

FASCISMO de volta como ameaça na Europa. De volta pelo voto de populações com razoável nível de informação política, e também de conhecimento da História do século XX e seus principais grandes eventos. Eventos de progresso com a marca indelével da Revolução Bolchevique, em 1917. Eventos de regressão brutal, como a ascensão de Hitler ao poder em 1932. Eventos como a derrota do Terceiro Reich, cuja marcha inicial não tornava inviável o anúncio de Reich milenar. Pelo contrário.

COMO SE EXPLICA esse retorno de algo que, na segunda metade

do século era rejeitado de forma quase unânime por essas populações que hoje o aprovam? Sim, porque na França, país onde a esquerda combativa não deixa de ter espaço significativo, por exemplo, com o França Insubmissa, liderado por Mélenchon, os antigos bastiões do outrora poderoso Partido Comunista Francês são os que apontam índices maiores de votação para o partido neofascista de Marine Le Pen.

NA ITÁLIA, a coisa não é distinta. Onde havia um poderosíssimo Partido Comunista Italiano, hoje temos um governo declaradamente fascista, que não deixa de apoiar

Netanyahu nem quando os demais governos burgueses, na França, na Espanha, no Reino Unido e até na Alemanha já começam a tentar se livrar do apoio incondicional que deram ao sionismo, durante boa parte da limpeza étnica posta em prática pelo exército de ocupação da Cisjordânia e de Gaza.

PARA EXPLICAR tal transformismo trágico, não se pode olhar para o passado recente, apenas. Há um processo que vem de longa data, e no qual a própria esquerda anteriormente combativa, classista, tem, por abandono de teorias e práticas revolucionárias, anticapitalistas, responsabilidade expressiva.

VOLTAMOS a um 8 de maio de 1945, em um o mundo que se considerava, até definitivamente, libertado da ameaça de um novo conflito mundial.

Milton Temer

UM CENÁRIO otimista se abria, com a derrota do nazi-fascismo, e a perspectiva de um desejado tempo de paz.

A RESISTÊNCIA clandestina nacional contra os ocupantes e seus biltres internos carregava, em cada país ocupado, o germe da Revolução Socialista, pois trazia para o proselutório da luta política os Partidos Comunistas. A disputa do futuro da Iugoslávia, da Grécia, da França e da Itália se intensificava na medida em que o desfecho da grande tragédia se aproximava. Esses partidos eram os que se mantiveram, não só organizados, como liderando, armados, as resistências internas contra os ocupantes nazistas.

PARTISANS, na Iugoslávia; Partigiani, na Itália e Maquisards, na França, Movimento de Resistência Grego, tinham, todos, os Partidos Comunistas como segmento hegemônico sobre as demais correntes combatentes - socialistas, democratas antifascistas e os independentes..

MAS STALIN, mesmo antes de os Estados Unidos terem destruído Hiroshima e Nagasaki, com a bomba atômica que os soviéticos só viriam a possuir em 1949, já havia dado sinais de acordo com a tese de Roosevelt. Optava por uma paz duradoura e convivência de regimes em torno da fundação da ONU, dando fim ao Comintern em 1943. Quais as consequências imediatas?

NA IUGOSLÁVIA, Churchill recorreu ao auxílio de Stalin, que se empenhou para que Tito se compusesse com o primeiro-ministro retornando de Londres. Mas, nem pensar! Tito tinha clareza do processo que conduzia. Não abria mão da Revolução. Mais do que um grupo

guerrilheiro de resistência, os iugoslavos se organizavam para algo mais consistente, um verdadeiro exército garantidor da nova ordem que se estabeleceria após a expulsão dos alemães, e eliminação das lideranças locais, colaboracionistas dos nazistas. Ousou lutar; venceu. E com o clima de hostilidade para com Stalin, implantou seu socialismo autogestionário, sem perder espaços para acordos com o Ocidente capitalista.

STALIN perdia a posição de força que conquistara com o combate em armas convencionais, e passava a ter prioridades com a manutenção da estabilidade de suas fronteiras. A Polônia valia a entrega da Grécia aos ingleses, que retornava seu protetorado profundamente ameaçado com o avanço dos comunistas pela conquista do poder com a retirada dos alemães.

O QUADRO muda então para os comunistas italianos e franceses, cujos secretários-gerais, Togliatti e Thorez, mantinham fortes laços de aliança com o PCUS, e se recusaram a seguir a rota definida por Tito, na

Iugoslávia, que se recusou a um entendimento organizado por Churchill, com acordo de Stalin.

PCF e PCI levam sua base, mobilizada, a entregar suas armas e compor com os governos burgueses, dos quais foram varridos menos de dois anos depois.

Inicia-se, aí, o processo de conciliação de classes que, nas décadas seguintes, só registrou verdadeiras rendições.

ERA A GUERRA FRIA que dava seus primeiros passos, ao mesmo tempo em que um competente Plano Marshall inundava a Europa com financiamentos que permitiam a recomposição capitalista acelerada e a retomada do controle político pelas burguesias locais, enriquecendo ainda mais os maganos do imperialismo estadunidense.

TITO, NA IUGOSLÁVIA, dava exemplo da linha justa. Impunha um programa socialista autogestionário, unificando o país e, inclusive, tirando vantagem de sua opção independente em relação a Moscou. Credenciou-se como liderança fun-

Era a Guerra Fria que dava seus primeiros passos, ao mesmo tempo em que um competente Plano Marshall inundava a Europa com financiamentos que permitiam a recomposição capitalista acelerada



REPRODUÇÃO

damental, no Movimento dos Não-Alinhados que, com o líder indiano Nehru e o egípcio Nasser, desempenhava papel importante no combate internacional anti-imperialista na segunda metade dos anos 1950.

PCI e PCF não perderam a influência social que herdaram da posição combativa na II GM. Porém o projeto de Welfare State era um contraponto à influência soviética.

A CONCILIAÇÃO DE CLASSES sob a lógica de um eleitoralismo condicionando a luta aos parâmetros da ordem se implanta, então, de forma acelerada.

O MARXISMO era retirado sem reações maiores no Partido Social-Democrata alemão (SPD), que chegou a fazer de Helmut Shmidt, ex-piloto da Luftwaffe nazista, o primeiro-ministro, e no PS espanhol, sob liderança de Felipe Gonzalez.

ESSES fatos são prova de que, se a direita encontrou espaço para renascer, fazendo com que os principais bastiões eleitorais do PCF e do PCI, para além do SPD, marchassem para a extrema direita.

Isso se deveu muito ao desalento e à decepção das classes trabalhadoras que não se viram contempladas com reformas estruturais para além das benesses sobrantes do enriquecimento burguês.

E É POR AÍ, certamente, que o neofascismo encontrou a chave do cofre para o “contra tudo isso que está aí” europeu. Onde a única resistência expressiva ainda está com o que resta de esquerda combativa, radical, no França Insuamisa que tem Mélenchon como ponta de lança nas disputas majoritárias.

E COMO SE deu o processo no Brasil?

Evidentemente, com o quadro de desagregação das classes trabalhadoras, com a uberização, a terceirização, a pejotização, para além do cantochão apologético do falacioso “empreendedorismo” na descaracterização da informalidade.

LULA CHEGA ao Planalto um ano depois do último Encontro Nacional do PT ainda na oposição. Encontro Nacional que produziu, como resolução final, um dos mais

severos libelos contra o mandarinato FHC, e propondo um governo popular-democrático em sentido radicalmente oposto. E nada de surpreendente havia nisso, a considerar o slogan de campanha do próprio adversário direto, José Serra, nome proeminente do período anterior, mas que não hesitava em se afirmar agente da continuidade, sem continuísmo, com um “Muda meu país, mas não muda de bandeira”. Ou seja, dar forma e metodologia nova a um modelo que enfrentava grave crise, e com forte rejeição social.

SERRA NÃO SE ELEGEU, mas o slogan não se perdeu. Quem o concretizou foi o próprio Lula, jogando para escanteio tudo o que houve de luta do PT, partido então classista, com objetivo estratégico no Socialismo, contra o grande capital nas décadas anteriores.

COMO PRIMEIRO ato político, a contrarreforma da previdência voltada para os servidores, primeiro passo do projeto que veio a ser generalizado no governo do golpista Michel Temer.

Milton Temer

SOBRE REFORMAS ESTRUTURAIS prometidas historicamente pelo Partido do qual Lula era Presidente de Honra, nem pensar. Nada de Reforma Agrária; nada de Reforma Tributária progressista corretora da escandalosa desigualdade de tratamento entre capital (patrimônio e renda praticamente intocados) e trabalho (assalariados descontados na fonte). Muito menos uma reforma financeira, estabelecendo controle sobre bancos privados e sua degradante atividade especulativa. Privatizações? Sem interrupção. Até ampliadas. Mais grave, no âmbito de uma brutal reprimarização de nossa economia, e da ausência da já citada Reforma Agrária. Um tsunami de privilégios ao agronegócio predador ambiental e de empregos no campo.

ESSE CENÁRIO não podia deixar de ter profundas consequências políticas e sociais. Políticas, pela quase total desmobilização do PT

e dos movimentos sociais, especificamente do MST e da CUT. O que tornou inevitável a fundação do PSOL, para que se mantivesse viva a bandeira que já havia sido do próprio PT no sentido de condicionar as movimentações táticas ao objetivo estratégico do Socialismo.

É NESSE CONTEXTO que a direita golpista, a direita que havia se beneficiado de vantagens infundas durante os governos lulistas, sentiu que o processo tinha que sofrer alteração. Na impossibilidade de Dilma Rousseff garantir o silêncio de sua base ao ver importantes direitos sendo sequestrados por conta do verdadeiro estelionato eleitoral, ao entregar a nossa macroeconomia a um funcionário de segunda linha do Bradesco e mazelas construídas pela Lava-Jato sendo potencializadas numa campanha pesada da grande mídia empresarial, promovem o impeachment da presidente.

CONCLUSÃO: Sem dúvida, o

fato de a Revolução Digital ter se concretizado sob a égide do capital privado, e se potencializado na esteira de uma nefasta globalização financeira com a desindustrialização consequente na Europa e no Brasil, a responsabilidade do retorno do fascismo, pelas vias institucionais, sem necessitar de regimes ditatoriais repressivos, está também em nosso campo. Na conciliação de classes, no Brasil na sequência do que se passava nos principais países capitalistas; na falácia de manter a luta política dentro do âmbito da ordem estabelecida. Como que tornando claro não pretender nunca revolucioná-la.

COM TAL OPÇÃO, a Esquerda terminou por entregar o propósito rupturista do “contra tudo isso que está aí” a uma extrema direita que o cumpre. Mas, é claro, dentro dos limites do combate a uma ordem cultural e comportamental, progressista mas ousada para os parâmetros do senso comum das classes médias e populares. Não por acaso, está aí a religiosidade fundamentalista em plena ascensão para confirmar.

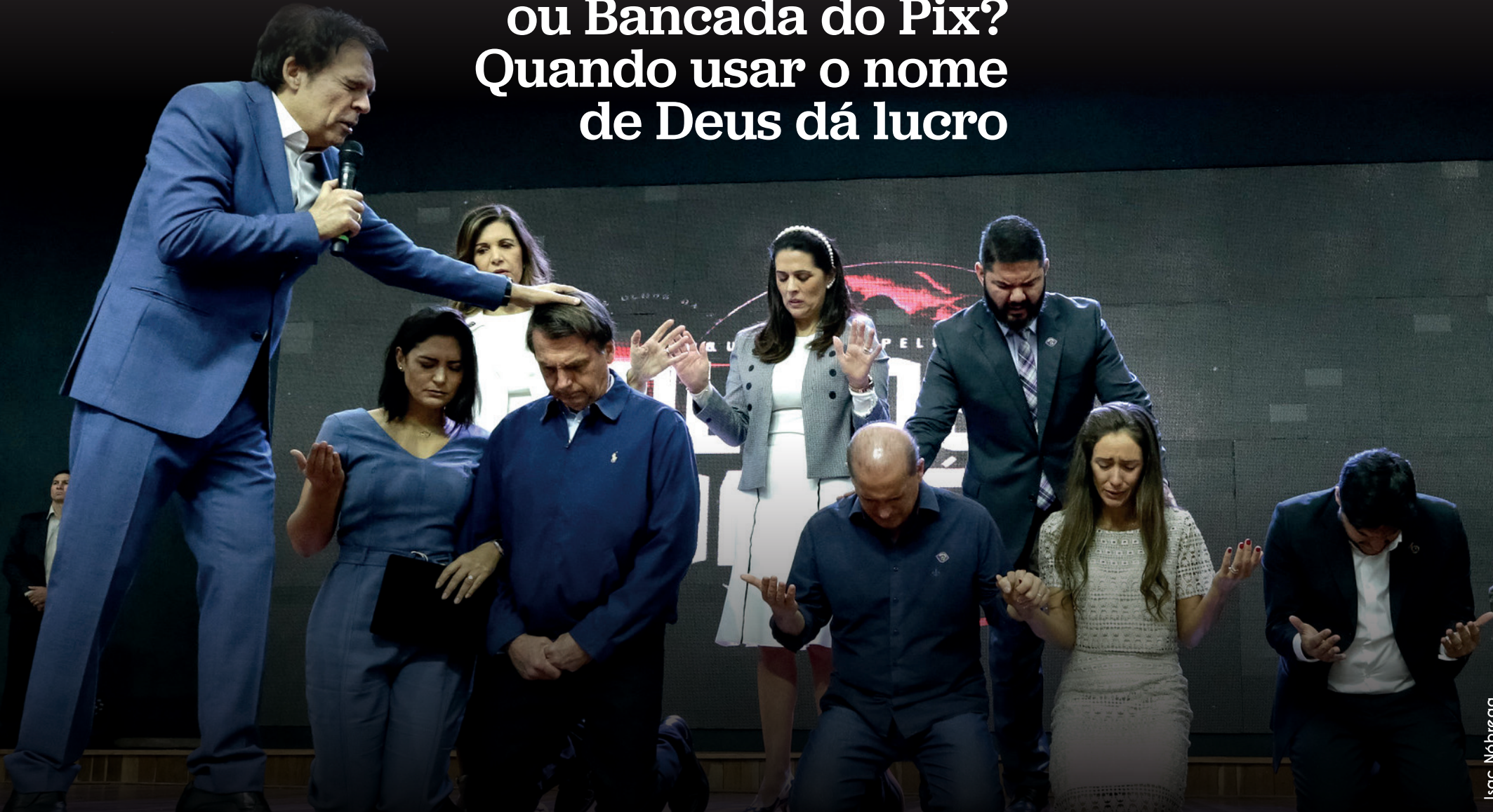
OU A ESQUERDA retoma a leitura radical da alternativa anticapitalista, e encontra formas de comunicação para levar essa teoria aos explorados, ou teremos um tempo de ameaça concreta do retorno da barbárie.

WARREN BUFEEET, ícone recentemente aposentado do manipulado “mercado” globalizado é quem nos avisa, a partir de declaração ao vivo e a cores em TV estadunidense: “A luta de classes existe. E nós a estamos vencendo”.

Inverter esse quadro é a nossa obrigação. Luta que segue!!

Ou a esquerda retoma a leitura radical da alternativa anticapitalista, e encontra formas de comunicação para levar essa teoria aos explorados, ou teremos um tempo de ameaça concreta do retorno da barbárie

Bancada da Bíblia ou Bancada do Pix? Quando usar o nome de Deus dá lucro



Isac Nóbrega



Jorge Francisco de Oliveira Guimarães

Cientista Social, foi sindicalista, atuou por 16 anos na Câmara dos Deputados e foi diretor da Fundação de Assistência Social de Porto Alegre, foi dirigente do PSOL de Goiás e do PSOL nacional.

A chamada *Bancada da Bíblia* ganhou protagonismo no Congresso Nacional com seu discurso em defesa da moral, da família e dos chamados “valores cristãos”. Apresentam-se como fiéis representantes de Deus na política. Mas, ao que pare-

ce, representam muito mais o poder do que o evangelho - e muito mais o Pix do que a Bíblia.

A prática tem sido clara: em nome da fé, garantem apoio a governos em troca de cargos, emendas e vantagens. É o velho toma-lá-dá-cá

vestido de santidade. Assim surgiu o apelido irônico: **Bancada do Pix**. Trocam-se versículos por votos, púlpitos por palanques, bênçãos por transferências eletrônicas. E o povo, esse sim cheio de fé, é deixado de lado enquanto alguns engordam suas estruturas de poder.

Essa contradição entre discurso e prática escancara o uso político da religião. Muitos dos que se dizem porta-vozes de Deus atuam, na verdade, como operadores de um projeto de dominação. São moralistas

de ocasião, votando contra direitos das mulheres, da juventude, das minorias e dos mais pobres. Espalham preconceito com linguagem bíblica. Pregam prosperidade, mas só prospera o próprio bolso.

Não é novidade que o nome de Deus seja usado para justificar interesses terrenos. Mas o descaramento chegou a níveis quase cômicos. Fala-se em “reino de Deus” no Congresso, mas na prática o que se vê é um reinado de privilégios. E assim, com um inglês mal ensaiado, muitos ecoam a frase que virou marca da hipocrisia: **“Of the King, the Power, the Best”** - como se fossem os escolhidos divinos em meio à lama da política. Na tradução livre do cinismo: “Do Rei, o Poder, o Melhor (pra mim)”.

Mas Jesus, quando confrontado sobre a relação entre fé e poder, deixou clara a separação: **“Dai, pois, a César o que é de César, e a Deus o que é de Deus” (Mateus 22:21)**. Ou seja, o sagrado não deve ser confundido com os interesses do Estado. Fé não se negocia. Crença não deve servir para barganha política.

E Deus não deve ser invocado para justificar privilégios.

Infelizmente, o que se vê é o uso descarado das igrejas como currais eleitorais. Pastores e líderes religiosos se transformam em cabos eleitorais. Políticos sobem ao púlpito não para orar, mas para pedir votos. A religião, que deveria acolher, virou moeda eleitoral. A espiritualidade popular é explorada por quem se diz servo, mas se comporta como patrão.

Não se trata de atacar a fé nem a religião. Trata-se de defender a separação entre religião e Estado, como garante a Constituição. A verdadeira fé não precisa de gabinete, nem de cargo comissionado. A espiritualidade sincera anda de mãos dadas com a justiça, a humildade e o serviço ao próximo - não com acordos escusos ou projetos autoritários.

A *Bancada do Pix*, travestida de santidade, é um projeto de poder. Enquanto o povo sofre nas filas dos hospitais, sem escola decente e sem segurança, esses “representantes de Deus” seguem bem alinhados com os cofres públicos e os interesses dos poderosos.

É preciso dar nome às coisas: isso não é fé. É oportunismo. Não é evangelho. É negócio. Não é moral cristã. É conveniência. E quando tudo isso é dito em nome do Altíssimo, com direito a inglês improvisado e teatral, o resultado é tragicômico: **“Of the King, the Power, the Best”** - para os mesmos de sempre.

Que o povo, com sua fé verdadeira, saiba discernir entre quem vive o evangelho e quem apenas o explora. E que jamais se esqueça das palavras de Jesus: **a César, o que é de César. A Deus, o que é de Deus.**

Apresentam-se como fiéis representantes de Deus na política. Mas, ao que parece, representam muito mais o poder do que o evangelho - e muito mais o Pix do que a Bíblia



Reprodução

A sobrevivência é a utopia do século XXI



Luiz Marques

Professor Livre Docente aposentado do Departamento de História do IFCH, Unicamp. Autor de “Capitalismo e colapso ambiental”, “O decênio decisivo”, “Ecocídio. Por uma (agri)cultura da vida”. É membro do Coletivo 660.

O título acima é a frase que conclui o prefácio à recente segunda edição do meu livro, *O decênio decisivo. Propostas para uma política de sobrevivência* (2023). A relação destrutiva e autodestrutiva que o capitalismo globalizado mantém com a comunidade dos seres vivos e, em geral, com o sistema Terra constitui hoje

um veredito de morte para nossas sociedades e, no limite, para nossa espécie. Uma condição de possibilidade de nossa sobrevivência é a resolução da contradição que melhor define a tragédia do mundo contemporâneo. Trata-se da contradição entre a informação e a incapacidade de se nortear por ela. De

um lado, governantes e os setores sociais dominantes ou mais influentes (corporações, mídia, Universidade...) têm sido sempre mais intensamente advertidos pela ciência sobre a aceleração da degradação antropogênica de todas as coordenadas socioambientais que permitem a permanência das sociedades e da vida, inclusive a humana, neste planeta. De outro, esses mesmos setores continuam a agir ou a endossar ações que agravam e aceleram ainda mais essa degradação.

Embora seja impossível compre-

ender plenamente comportamentos suicidas, três elementos podem ser evocados para explicar essa contradição. Primariamente, ela se explica, como é óbvio, pelos interesses econômicos que regem os sistemas de dominação política e militar. As corporações e os Estados nacionais bloqueiam ideologicamente e, caso necessário, pela força qualquer mudança social que conteste a engrenagem expansiva, extrativa, destrutiva e autodestrutiva que os controla e da qual dependem existencialmente.

As corporações e os Estados nacionais bloqueiam ideologicamente e, caso necessário, pela força qualquer mudança social que conteste a engrenagem expansiva, extrativa, destrutiva e autodestrutiva

Por si só, contudo, interesses econômicos não bastam a explicar a contradição entre informação e ação, pois jamais poderiam eles prevalecer a longo prazo sem a passividade de setores muito mais amplos da sociedade. É importante entender que essa passividade não reflete necessariamente um negacionismo coletivo. Diversas e recorrentes pesquisas de opinião pública, no Brasil e em outros países, mostram que os indagados, em sua maioria, não apenas identificam o caráter antropogênico dos impactos e das ameaças ambientais que se avolumam, mas demandam ações políticas efetivas no sentido de mitigá-las. Recentemente, uma iniciativa internacional da coalizão jornalística Covering Climate Now, intitulada *The 89 Percent Project*, mostrou que a grande maioria das pessoas - entre 80% e 89% - “desejam uma ação forte de seus governos”

em relação à emergência climática.¹ Além disso, uma pesquisa realizada em 2024 em 26 países pela empresa francesa Veolia mostra que, na média global, 73% das pessoas indagadas entendem que a emergência climática é causada pela ação humana (*climate disruption is of anthropogenic origin*) e 75% delas concordam com a Organização Mundial da Saúde, segundo a qual “as mudanças climáticas são a maior ameaça sanitária que a humanidade deve enfrentar” (*climate change is the greatest health threat facing humanity*).²

Ocorre que essa demanda não se traduz até agora em ação política

¹ Veja-se “The 89 Project” <<https://89percent.org/faq/>> e Jonathan Watts, “Um Viva para a Maioria Silenciosa do Clima”. *Sumaúma*, 5 maio 2025.

² Cf. Graham Readfearn, “Only 60% of Australians accept climate disruption is human-caused, global poll finds”. *The Guardian*, 23 jun. 2024.

coletiva. E aqui intervém um segundo elemento essencial a explicar a contradição entre informação e ação (ou inação). Ele reside no que se poderia chamar uma descrença das sociedades contemporâneas em sua própria capacidade de se desviar de sua trajetória de colapso. Essa descrença é tenaz. Salvo melhor juízo, ela é, em grande parte, um efeito colateral traumático do fracasso das revoluções socialistas do século XX, que deram à luz sociedades distópicas, burocráticas e autoritárias. Não é possível abordar aqui as complexas razões históricas desse fracasso. Lembremos apenas o caso histórico extremo da União Soviética: as agressões e invasões sofridas durante a guerra civil (1917-1921), as lutas intestinas pelo poder, o abismo stalinista, a mortandade e os sacrifícios colossais que custou ao povo russo sua vitória decisiva sobre o nazismo e, desde 1945, a Guerra Fria, a ameaça nuclear, as invasões da Hungria e da ex-Tchecoslováquia..., a lista desses reveses brutais e erros é imensa. Eles desfiguraram de tal modo o projeto revolucionário, que, após a implosão final de 1991, a Rússia de Putin tornou-se, hoje, o modelo e a fonte de inspiração da extrema direita europeia. De seu lado, a fantástica decolagem econômica da China não pode não suscitar admiração, na medida em que retirou centenas de milhões de pessoas da pobreza, mas esse sucesso resulta de escolhas políticas que pouco ou nada conservam do que se entendia por socialismo até ao menos os anos 1980. E essas escolhas são também as que vêm aumentando enormemente as desigualdades so-

A grande maioria das pessoas – entre 80% e 89% – “desejam uma ação forte de seus governos” em relação à emergência climática

cioeconômicas nesse país, algo que, obviamente, nada tem a ver com os ideais do socialismo. Portanto, se a ideia de socialismo permanece um ideal intocado de justiça social, ela perdeu muito da capacidade socialmente mobilizadora de outrora.

Disso decorre um terceiro elemento a explicar a dissonância social entre informação e ação coletiva. Trata-se do que se poderia chamar de um vácuo de imaginário, ou seja, a perda de habilidade das sociedades hegemônicas de imaginar horizontes alternativos à civilização termo-fóssil, antropocêntrica e energeticamente insaciável que se aproxima agora, conscientemente, de seu término. Esse imaginário al-

ternativo supõe a recusa dos quatro paradigmas que regem as civilizações contemporâneas no âmbito de uma ruptura civilizacional sem precedentes históricos:

(1) a superação do antropocentrismo por uma cosmovisão na qual o humano se reconheça como parte integrante e existencialmente dependente da comunidade dos seres vivos, sem mais se atribuir a prerrogativa de único sujeito de direito. Nossa presunção de ocupar o ápice da cadeia da vida é, como afirmava Arthur Lovejoy já em 1936, “um dos mais curiosos monumentos da imbecilidade humana”³;

(2) a perda de centralidade da esfera da economia, em benefício da esfera da ecologia, pois outro monumento de imbecilidade humana, incrustada no pensamento econômico dominante, é a redução da natureza a “fator de produção”. A economia é um subsistema da ecologia. A biosfera e o sistema climático ditam suas condições de possibilidade;

(3) a superação do axioma da soberania nacional absoluta em prol de uma governança global democrática fundada no protagonismo dos territórios. Os desafios da humanidade são de há muito ao mesmo tempo territoriais e globais e não podem mais ser afrontados nos termos dos Estados-nações, inerentemente particularistas, belicistas e

3 Cf. Arthur O. Lovejoy, *The Great Chain of Being. A Study of the History of an Idea* (1936). Harvard University Press, 1957, p. 186: “*Tout est créé pour l’homme* is at once the tacit premise and the triumphant conclusion of that long series of teleological arguments which constitutes so large a fraction of the ‘philosophical’ output of the eighteenth century — and is one of the most curious monuments of human imbecility”.

Luiz Marques

anacrônicos; e

(4) a atribuição de um sentido positivo (e mesmo sagrado) à noção de limite, tal como herdado tanto da sapiência grega quanto das de outras civilizações.

Vivemos hoje o fim das possibilidades do capitalismo, esse sistema escravo de sua própria expansão. Neste segundo quarto do século XXI, os organismos humanos deverão afrontar um clima cada vez mais incompatível com sua segurança alimentar e temperaturas jamais experimentadas na história de nossa jovem espécie. É incerta nossa capacidade de adaptação a esse novo regime climático e ao ecocídio em curso, isto é, à perda catastrófica de natureza, sem a qual não conseguimos viver. A biosfera está adentrando a sexta extinção em massa de espécies, a primeira em todo o Fanerozoico (os últimos 570 milhões de anos) cujas causas decorrem de uma única espécie: nós. A

Lista Vermelha das Espécies Ameaçadas de Extinção, publicada pela União Internacional para a Conservação da Natureza, contou em 2024 mais de 46.300 espécies ameaçadas de extinção (28% das 166 mil espécies avaliadas)⁴. “Na América do Sul - lar da maior diversidade de espécies de árvores do mundo - 3.356 das 13.668 espécies de árvores avaliadas estão em risco de extinção”⁵. Dez anos atrás, um inventário em 21 países revelava que “a maior parte das 40 mil espécies de árvores tropicais podem ser agora consideradas como globalmente ameaçadas

4 Cf. IUCN, *Red List of Threatened Species. 2024-2* <<https://www.iucnredlist.org/>>.

5 Cf. IUCN, “*More than one in three tree species worldwide faces extinction – IUCN Red List*”: “*In South America – home to the greatest diversity of trees in the world – 3,356 out of 13,668 assessed species are at risk of extinction*”. <<https://iucn.org/press-release/202410/more-one-three-tree-species-worldwide-faces-extinction-iucn-red-list>>.

O projeto de uma civilização pós-capitalista parecerá a muitos um exercício ficcional sem valor de programa político. A realidade é que não há nada mais ficcional em nossos dias do que a presunção de viabilidade do capitalismo

de extinção”⁶. A 5ª edição do *State of the World Plants and Fungi* (2023) afirma que “77% das espécies de plantas não descritas provavelmente estão ameaçadas de extinção, e quanto mais recentemente uma espécie foi descrita, maior a probabilidade de que esteja ameaçada”⁷. Na Amazônia, o risco ecológico é sabidamente ainda maior do que o risco climático.

O projeto de uma civilização pós-capitalista parecerá a muitos um exercício ficcional sem valor de programa político. A realidade é que não há nada mais ficcional em nossos dias do que a presunção de viabilidade do capitalismo. Mantidas suas premissas, não há já como evitar, ou mesmo minorar, um colapso socioambiental de dimensões insondáveis. O agravamento dos desequilíbrios climáticos, a condição terminal de milhares de formas de vida, o adocimento crescente causado pela poluição químico-industrial, o aumento sem precedentes das desigualdades e o risco real de uma guerra nuclear impõem hoje às sociedades a aposta em uma nova utopia: a utopia da sobrevivência.

6 Cf. Hans ter Steege *et al.* “*Estimating the global conservation status of more than 15,000 Amazonian tree species*”. *Science Advances*, 1, 10, 20/XI/2015: “*Most of the world’s 40,000 tropical tree species now qualify as globally threatened*”.

7 Cf. “*State of the World Plants and Fungi. Tackling the Nature Emergency*”. Kew Royal Botanic Gardens, 2023, p. 69: “*77% undescribed plant species are likely threatened with extinction, and that the more recently a species has been described, the more likely it is to be threatened*”. <<https://www.kew.org/sites/default/files/2023-10/State%20of%20the%20World%27s%20Plants%20and%20Fungi%202023.pdf>>.



Segurança Pública sob a perspectiva da esquerda: o Fim da Barbárie como Projeto de Nação



Kleber Rosa

Professor de Sociologia; fundador do Movimento Policiais Antifascistas e Coordenador Geral da Federação dos Trabalhadores do Estado da Bahia (FETRAB); Segundo colocado para Prefeito de Salvador em 2024.

O Brasil vive uma guerra civil não declarada. Com mais de 40 mil homicídios por ano, o país figura entre os mais violentos do mundo em números absolutos. Em 2022, foram registrados 47.508 assassinatos, segundo o Fórum Brasileiro de Segurança Pública (FBSP). Embora tenha havido uma leve queda na última década, a taxa ainda é de 22,7 mortes por 100 mil habitantes, o que nos coloca entre os países mais letais fora de zonas oficialmente em guerra.

Por trás desses números, há um recorte racial e territorial gritante: mais de 75% das vítimas de homicídio são negras e a maioria vive nas periferias urbanas. Os jovens negros entre 15 e 29 anos, são os alvos preferenciais desse genocídio contínuo. A cada 23 minutos, um jovem negro é assassinado no Brasil. Essa não é uma epidemia espontânea - é uma política de morte sustentada por um Estado que não reconhece o direito à vida de sua população mais vulnerável.

O braço armado desse sistema é uma das polícias mais letais do planeta. Em 2022, 6.429 pessoas foram mortas por policiais no Brasil. Só no estado da Bahia, foram 1.464 mortes - o maior número do país. Rio de Janeiro (1.330) e São Paulo (419) completam o pódio da letalidade. Isso significa que, em média, 17 pessoas são mortas por dia por agentes do Estado, muitas delas em operações violentas em comunidades das periferias.

1. Desmilitarizar para humanizar

A militarização das polícias estaduais é um dos maiores entraves à construção de uma política pública de segurança eficaz. A Polícia Militar

Kleber Rosa

brasileira é uma das poucas forças policiais do mundo que ainda opera sob lógica militar, com rígida hierarquia, cultura de guerra e treinamentos voltados para o confronto.

Em comparação com outros países, a situação é alarmante. Segundo a ONU, as polícias brasileiras matam mais que todas as polícias dos Estados Unidos somadas, mesmo com uma população bem menor. Nos EUA, a taxa de letalidade policial gira em torno de 1,2 morte por 100 mil habitantes; no Brasil, ela chega a 3 vezes mais, com picos superiores a 7 por 100 mil em estados como a Bahia e o Rio de Janeiro.

Assim, a desmilitarização é o ponto de partida para reconfigurar a atuação policial com base nos princípios democráticos: proximidade com a comunidade, formação em direitos humanos, controle social e transparência. Uma polícia civil e cidadã é incompatível com o atual modelo militarizado.

2. Segurança se faz com foco na garantia de direitos e participação popular

A lógica da ocupação violenta e episódica não resolve o problema da violência - apenas o desloca ou o aprofunda. Dados do Instituto Igarapé mostram que a violência armada se concentra em pequenos territórios urbanos, conhecidos como "zonas quentes". Em 2022, 50% dos homicídios do Brasil ocorreram em apenas 2% dos municípios.

Isso demonstra que é possível

uma atuação territorializada, focada na prevenção e na construção de redes locais de proteção. Experiências como os Territórios de Paz em Pernambuco ou o Pacto pela Vida (em sua fase inicial) mostraram que políticas integradas de segurança, assistência social, educação e cultura conseguem reduzir significativamente os índices de violência.

Investir em equipamentos públicos, políticas culturais e presença qualificada do Estado no território é mais eficaz - e menos custoso - do que qualquer operação policial. Segurança pública se faz com creche, escola, arte e dignidade.

É um sistema que prende para excluir, não para ressocializar

3. Justiça social como antídoto à violência

A política de encarceramento em massa é outro motor da violência estrutural no Brasil. Atualmente, temos a terceira maior população carcerária do mundo, com mais de 830 mil presos, atrás apenas dos Estados Unidos e da China. Cerca de 41% dos detentos ainda não foram julgados, vivendo em condições degradantes em prisões superlotadas.

O encarceramento é seletivo: **67% da população carcerária** é de pessoas negras e mais de 60% têm, no máximo, o ensino fundamental. A maioria responde por crimes não

violentos, como pequenos furtos e **tráfico de drogas**. É um sistema que prende para excluir, não para ressocializar.

Enquanto isso, a taxa de resolução de homicídios no Brasil é baixíssima. Segundo o Fórum Brasileiro de Segurança Pública (FBSP), apenas 21% dos assassinatos são solucionados, o que evidencia que o Estado prefere prender por quantidade do que por justiça.

Um projeto de esquerda deve propor revisão da política de drogas, redução da população carcerária com alternativas penais e investimentos em justiça restaurativa. Em vez de prender mais, é preciso humanizar o sistema carcerário, de maneira a evitar que vidas sejam tragadas pela engrenagem penal ainda na juventude.

Tratar a segurança pública pela ótica da esquerda é romper com a lógica da

barbárie e construir um pacto civilizatório em que a vida seja o bem mais protegido. Isso exige coragem política, enfrentamento aos interesses do aparato repressivo e compromisso com os mais vulneráveis. Não se trata de "passar a mão na cabeça de bandido", como vociferam os defensores do autoritarismo, mas de construir um Estado que proteja em vez de matar.

O futuro do Brasil passa por garantir que um jovem negro da favela tenha mais chances de viver do que de morrer. E isso só será possível quando a segurança pública for tratada como direito, e não como privilégio.

VITORIOSA CARAVANA NACIONAL GLAUBER FICA!



O Processo contra o Deputado Federal Glauber Braga deve chegar ao fim quando o nº 2 de nossa Revista Linha Vermelha estará sendo publicado. Foi um processo totalmente viciado e com enorme repercussão, apesar do boicote de uma parte da imprensa. Glauber não enfrentou sozinho a ultradireita e o funcionamento de toma lá dá cá do ex-presidente do Congresso, Arthur Lira. Em todas as sessões da Comissão de Ética, CCJ, e durante a Greve de Fome, Glauber sempre contou com a presença de trabalhadores de estatais e servidores públicos, parlamentares do PSOL e dos demais partidos de esquerda e progressistas, inúmeros ministros de Estado, entidades de movimentos sociais, artistas como Marco Nanini, que acompanhou toda a

reunião da Comissão de Constituição e Justiça, entre outros. A Caravana percorreu todos os estados do país, partindo de um ato vibrante e militante no Rio de Janeiro. Foi um sucesso! A militância de esquerda respondeu ao chamado de solidariedade a Glauber e engajamento à luta contra a Orçamento Secreto, coordenado por Lira. Foram atos em todas as capitais com presença da militância de esquerda e progressista, movimentos sociais, parlamentares, trabalhadores e lutadores. Nos estados, Glauber participou de inúmeras ações e lutas específicas de cada região. Unificando os lutadores e a esquerda, garantindo a vitória da Caravana Nacional Glauber Fica.

A perseguição realizada por Lira e sua gangue não é apenas ao mandato de Glauber. Representa um ataque ao conjunto dos parlamentares de luta, que poderão ser perseguidos ao se posicionarem contrários a quem detém o poder do Orçamento Secreto, além de ser um ataque brutal às conquistas democráticas e ao voto popular. Independentemente do resultado no Plenário da Câmara, se vão cassar ou não o mandato de Glauber, a denúncia do Orçamento Secreto e a batalha política com a caravana pelos estados foi uma vitória política, não só para Glauber, mas para todos os setores democráticos da sociedade.

Vitoriosa Caravana Nacional Glauber Fica!



Dois lados da mesma política: Governo Lula e Banco Central na arquitetura da estagnação



David Deccache

Doutor em Economia pela UnB e Assessor Técnico na Câmara dos Deputados

O debate público brasileiro insiste em vender a imagem de um conflito entre o governo federal e o Banco Central. De um lado, a retórica crítica de parte dos ministros, parlamentares e figuras históricas do PT contra os juros altos; de ou-

tro, uma autoridade monetária “autônoma” que segue elevando a Selic sob o argumento da estabilidade de preços. Mas essa narrativa, embora politicamente funcional, não resiste à análise concreta da política econômica em curso. Por trás do ruí-

do, há harmonia. O Banco Central não age contra o governo Lula - age com ele.

O que se apresenta como divergência é, na verdade, uma divisão de tarefas. Uma parte do Executivo - representada por nomes como o Secretário do Tesouro, Rogério Ceron, e o próprio ministro da Fazenda, Fernando Haddad - fala diretamente com o mercado, sustenta metas de inflação rígidas, promove cortes e defende a necessidade de

David Deccache

“ajudar o Banco Central” com uma política fiscal contracionista. Já outra parcela do governo - figuras como José Dirceu e setores mais próximos da base partidária - dirige-se à militância com uma retórica crítica, denunciando a taxa de juros, o impacto na dívida pública e o bloqueio ao crescimento.

É a clássica coreografia do *good cop, bad cop*. Enquanto uma ala do governo opera tecnicamente a contenção da economia, a outra dramatiza resistência, mantendo o laço com a base social e protegendo o Executivo do desgaste político. Mas a política concreta - aquela que define metas, vota arcabouços, nomeia presidentes do BC e contingencia orçamentos - é unificada.

A escolha da meta de inflação em 3% é o exemplo mais revelador. Quem define essa meta é o Conselho Monetário Nacional, onde o governo tem maioria. A decisão, portanto, foi política - e do Executivo. E essa meta, sabidamente incompatível com a estrutura produtiva brasileira, serve como justificativa automática para o Banco Central manter os juros elevados, mesmo com a inflação em queda. O próprio José Dirceu, em entrevista recente, reconheceu:

“A inflação está fora da meta porque é irreal. Três por cento num país como o Brasil é irreal. [...] A meta era 4%, 5,5% ou 2,5%.”

Dirceu classificou a taxa de juros como “um crime”. E, de fato, uma Selic a 14,75% representa uma das maiores taxas reais do mundo, funcionando como um potente mecanismo de transferência de renda dos

É a clássica coreografia do *good cop, bad cop*. Enquanto uma ala do governo opera tecnicamente a contenção da economia, a outra dramatiza resistência, mantendo o laço com a base social e protegendo o Executivo do desgaste político

cofres públicos para o setor financeiro, via pagamento de juros sobre a dívida. Mas o que sua retórica crítica omite é que **essa taxa não se sustenta sozinha** - ela é reforçada e legitimada pela política econômica do próprio governo.

Ao aceitar a meta irreal de 3% e ao desenhar um arcabouço fiscal que limita estruturalmente o gasto público, o governo **consolida a lógica do Banco Central**. A contenção dos investimentos, a compressão dos pisos constitucionais e os contingenciamentos sucessivos **atuam diretamente sobre a demanda agregada**, funcionando como braço auxiliar da política monetária no esforço de esfriar a economia e manter o desemprego em um patamar “funcional”. A justificativa é conhecida: evitar que a atividade “superaqueça”, que os salários subam e que a inflação ameace escapar da meta. Em outras palavras, **política fiscal e monetária caminham juntas para manter a economia girando abaixo do seu potencial** - com pleno conhecimento e consentimento do Executivo.

A nomeação de **Gabriel Galípolo** para o comando do Banco Central escancarou esse compromisso. Vendido como nome técnico e “dialogável”, Galípolo iniciou sua gestão com sinalização dura: na primeira reunião sob sua liderança, a Selic foi elevada em **1 ponto percentual** - mais do que os 0,5 ponto das reuniões conduzidas por Campos Neto. Nenhuma ruptura. Nenhuma transição. Apenas a ortodoxia com nova assinatura.

A política fiscal segue o mesmo desenho. O **Novo Arcabouço Fiscal**, idealizado por Haddad e Ceron, institucionaliza a compressão do gasto público. E mais: transforma o próprio crescimento das receitas em problema. Como os pisos constitucionais de saúde e educação são vinculados à receita, e o teto de gastos é limitado a 70% do crescimento

real da arrecadação, quanto mais a economia cresce, mais os pisos sobem - e menos sobra para o restante do orçamento. O resultado é uma máquina orçamentária travada, que pune qualquer impulso de dinamismo econômico.

Apesar disso, a economia tem resistido mais do que os arquitetos da contenção desejariam. Desde 2021, o PIB brasileiro cresce acima do chamado produto potencial estimado pelo próprio Ministério da Fazenda (algo entre 2,3% e 2,5%). A taxa de desemprego caiu de quase 15% em 2021 para menos de 8% em 2022 - e continuou em queda nos anos seguintes. Mas essa melhora não é resultado da política atual, nem da anterior. É resíduo direto da injeção de demanda e dos programas emergenciais implementados durante a pandemia, que deixaram um impulso distributivo ainda em curso. O esforço do atual governo, desde que assumiu, tem sido o oposto: esfriar a economia, conter o emprego e neutralizar esse impulso.

O reconhecimento disso é explícito. Em janeiro de 2025, o Secretário do Tesouro afirmou:

“Há uma necessidade de desaceleração para garantir que não tenhamos um descolamento do processo inflacionário.”

Traduzindo: é preciso conter a atividade econômica para que a inflação converja à meta. E se, para isso, for necessário manter o desemprego elevado, cortar direitos, contingenciar gastos sociais e desidratar a capacidade do Estado, assim será.

Essa política não decorre de er-



Lula Marques/ Agência Brasil

Traduzindo: é preciso conter a atividade econômica para que a inflação converja à meta. E se, para isso, for necessário manter o desemprego elevado, cortar direitos, contingenciar gastos sociais e desidratar a capacidade do Estado, assim será.

ro, nem de imposição externa, tampouco de um suposto conflito institucional. Trata-se de uma aliança estratégica entre governo e autoridade monetária para aplicar o núcleo duro da política macroeconômica neoliberal. O objetivo não é crescimento - é controle. Não é distribuição - é contenção. Não é enfrentamento ao rentismo - é sua manutenção sob nova gestão.

A esquerda que se apegua à ideia de que “o problema é o Banco Central” está lutando contra os efeitos, não contra as causas. O verdadeiro conflito não é entre governo e BC - é entre projeto de país e projeto de classe. E enquanto esse segundo seguir intacto, travestido de responsabilidade e eficiência, todo o resto é distração.



Bases materiais da violência de gênero: a luta feminista no enfrentamento a reprodução do patriarcado



Marcela Carnáuba Pimentel

Professora, pesquisadora, militante feminista classista do Fortalecer o PSOL e dirigente nacional das Mulheres do PSOL.

A violência de gênero está ligada a estruturas históricas de poder e dominação patriarcal. Mulheres enfrentam opressões cotidianas em diversos espaços, fruto de um sistema que se alimenta de desigualdades sociais, econômicas e culturais. O patriarcado impõe normas que colocam os homens em posição superior, legitimando a violência como forma de controle. A luta feminista

busca aniquilar essas estruturas, enfrentando também o sistema capitalista que sustenta tais desigualdades. Mulheres batalham por igualdade, direitos reprodutivos e contra múltiplas formas de opressão, como racismo e exclusão social. Mulheres negras, por exemplo, são mais vulneráveis à violência, o que exige uma abordagem interseccional.

O feminismo, ao longo da his-

tória, se organizou em ondas com diferentes focos: do sufrágio ao reconhecimento da diversidade feminina. No Brasil, ganhou força nos anos 1980, pressionando por políticas públicas e conquistas como a Lei Maria da Penha. Contudo, os avanços enfrentam reações conservadoras que tentam deslegitimar a luta por igualdade. Além da conscientização, é crucial considerar os fatores econômicos: muitas mulheres permanecem em relações abusivas por dependência financeira. A autonomia feminina requer acesso à educação, empregos e proteção social, além de redes de apoio eficazes.

A luta feminista contra o patriarcado é coletiva e busca a transformação social, unindo vozes diversas. Diante da persistência da violência de gênero, mobilização e políticas públicas são essenciais. Compreender suas bases materiais e combater suas raízes é indispensável para construir uma sociedade mais justa, livre e igualitária.

Uma análise histórico-material da violência de gênero na reprodução social

A violência contra as mulheres é um fenômeno estrutural e histórico, intrinsecamente ligado às relações materiais de produção e reprodução social. Superar visões moralistas ou individualizantes exige abordagens críticas como as de Engels e Heleieth Saffioti, que compreendem a opressão de gênero como funcional à ordem capitalista e patriarcal.

Nessa perspectiva, em *A origem da família, da propriedade privada e do Estado* (2012), Engels identifica a opressão feminina como produto da transição histórica para a propriedade privada, que instituiu a família monogâmica como forma de garantir herança patrilinial e controle sobre o corpo feminino. A submissão da mulher, portanto, não é natural, mas socialmente construída.

Seguindo esse caminho de exposição crítica e marxiana, Saffioti, em *A mulher na sociedade de classes* (2013), aprofunda essa análise ao demonstrar como a violência de gênero no Brasil decorre da articulação entre patriarcado e capitalismo. A autora denuncia que a exploração de classe está entrelaçada à opressão de gênero, e que o capitalismo se

Engels identifica a opressão feminina como produto da transição histórica para a propriedade privada, que instituiu a família monogâmica como forma de garantir herança patrilinial e controle sobre o corpo feminino. A submissão da mulher, portanto, não é natural, mas socialmente construída.

apropriou do patriarcado, modernizando-o e mantendo a mulher em posição subordinada tanto no lar quanto no mercado.

Portanto, a divisão sexual do trabalho, que destina às mulheres tarefas domésticas não remuneradas e empregos precários, sustenta uma economia baseada na desigualdade. A violência atua como mecanismo de controle, legitimada socialmente e agravada em períodos de crise. O corpo feminino torna-se objeto de posse, expressão da virilidade masculina.

No Brasil, a Lei Maria da Penha (Lei nº 11.340/2006), por exemplo, representa um marco jurídico no

combate à violência doméstica, mas se depara com diversos entraves em sua aplicação devido à resistência institucional, à falta de recursos e à persistência de valores patriarcais entre os operadores do direito. Sem uma mudança radical nas estruturas das relações sociais, econômicas, culturais, ambientais e políticas, as medidas postas pelo Capital para dirimir os conflitos continuaram atuando para a manutenção do *status quo*.

A luta contra a violência de gênero, portanto, é também uma luta anticapitalista. Exige a construção de uma nova ordem social, baseada na igualdade, na solidariedade e no

Marcela Carnaúba Pimentel

reconhecimento pleno da humanidade das mulheres. Nesse caminho, a contribuição de intelectuais como Engels e Saffioti segue sendo fundamental para iluminar as tramas ocultas da opressão e apontar possibilidades reais de emancipação.

A importância da luta feminista no enfrentamento à opressão de gênero

A opressão contra as mulheres é uma das formas mais persistentes de violação dos direitos humanos, enraizada em estruturas sociais, econômicas e políticas que inferiorizam o feminino. A luta feminista classista surge como força revolucionária contra o patriarcado e o capital. Heleieth Saffioti, pioneira no Brasil ao articular feminismo e marxismo, analisa a opressão de gênero

como funcional ao capitalismo. Em *A mulher na sociedade de classes* (2013), denuncia como o trabalho doméstico e reprodutivo, invisível e não remunerado, sustenta o capital e relega as mulheres à subordinação.

Para Saffioti, gênero, classe e raça são sistemas interligados de dominação. O feminismo, ao politizar o privado e questionar a divisão sexual do trabalho, é anticapitalista e transforma a luta por igualdade em luta por emancipação. Silvia Federici, em *Calibã e a Bruxa* (2017), complementa essa crítica ao mostrar que o controle do corpo feminino foi essencial à consolidação do capitalismo, via repressão e disciplinamento das mulheres, sobretudo nas caças às bruxas. O trabalho reprodutivo foi moldado para servir ao capital, e a violência de gênero se

tornou estratégia de controle social.

Ambas autoras, apesar de contextos distintos, convergem ao afirmar que o feminismo precisa questionar a fundo as bases materiais da opressão. A luta feminista vai além da igualdade formal: é por transformação estrutural. Ao reivindicar autonomia corporal, reconhecimento do trabalho doméstico e redistribuição dos cuidados, propõe novo modelo de sociedade. Em tempos de retrocessos, o feminismo permanece essencial: uma prática política que desafia o poder, articula resistências e recoloca a vida no centro da política.

Brasil e o aumento da violência contra as mulheres

Entre 2023 e 2025, o Brasil regis-



trou aumento preocupante da violência contra a mulher, especialmente dos casos de feminicídio. A persistência de uma cultura patriarcal, o desmonte de políticas públicas e o avanço de discursos conservadores têm contribuído para esse cenário alarmante. O machismo naturalizado, somado à precarização da rede de apoio, compromete a segurança e a autonomia das mulheres.

A pandemia intensificou a vulnerabilidade feminina, expondo mulheres à convivência forçada com agressores e dificultando o acesso à justiça. Embora campanhas tenham ampliado as denúncias, os mecanismos de proteção permanecem frágeis. Em 2024, foram registrados 1.450 feminicídios e mais de 71 mil estupros de mulheres, segundo o Ministério das Mulheres. Tais números expõem a urgência de ações efetivas.

O recuo nos investimentos em políticas de enfrentamento enfraqueceu serviços essenciais como casas-abrigo e delegacias especializadas. A violência de gênero também se conecta a outras formas de opressão, como racismo e pobreza, afetando mais duramente mulheres negras e periféricas. A interseccionalidade é essencial para compreender essas desigualdades. A mídia,

por vezes sensacionalista, contribui para banalizar a violência, ao invés de promover reflexão e educação. A promoção da educação de gênero, debates sobre masculinidade e programas de prevenção são caminhos necessários. Apesar dos avanços pontuais, a resposta estatal segue limitada por barreiras ideológicas e estruturais.

A luta feminista é central para de-

Para Saffioti, gênero, classe e raça são sistemas interligados de dominação. O feminismo, ao politizar o privado e questionar a divisão sexual do trabalho, é anticapitalista e transforma a luta por igualdade em luta por emancipação

nunciar e transformar essas realidades. Vai além da denúncia: propõe rupturas com estruturas patriarcais e capitalistas que sustentam a violência. É uma luta diária, coletiva e radical, por justiça, autonomia e vidas dignas. Em tempos de avanço do conservadorismo e de tentativas de deslegitimação das pautas feministas, reafirmar a importância dessa luta é um gesto de resistência. A violência contra a mulher não é um problema individual, mas uma expressão de uma ordem social desigual e hierarquizada. Combatê-la exige coragem política, solidariedade coletiva e compromisso com a construção de um mundo mais justo e igualitário. O feminismo, nesse sentido, não é apenas uma teoria ou um movimento: é uma prática ética e política de transformação.

ção primitiva. (Trad. Coletivo Syco-rax). São Paulo: Elefante, 2017.

SAFFIOTI, Heleieth. **A mulher na sociedade de classes: mito e realidade**. 3 ed. São Paulo: Expressão Popular, 2013.

Referências Bibliográficas

ENGELS, Friedrich. **A origem da família, da propriedade privada e do Estado**. 3 ed. São Paulo: Expressão Popular, 2012.

FEDERICI, Silvia. **Calibã e a bruxa: mulheres, corpo e acumula-**



BALANÇO

Três anos de Guerra da OTAN na Ucrânia, contra a Rússia



Aldino Graef

Militou na resistência à ditadura. Exilado. Aderiu ao movimento trotskista internacional e participou da fundação da Liga Socialista na Suécia, filiada à LIT-QI. Integrou a direção da Convergência Socialista.



Enio Bucchioni

Exilado 8 anos na ditadura. Três deles no Chile de Allende - preso e torturado. Fundou a Convergência Socialista e o PT, em 1978. Em 2003, participou da fundação do PSOL.

Fatos, dados, conceitos e documentos sobre a guerra do imperialismo EUA/OTAN na Ucrânia

Esse texto apresenta de forma sintética a visão que nós temos sobre todo o processo geopolítico que originou a atual guerra na Ucrânia.

Em texto a ser publicado na versão digital da revista abordaremos mais detalhadamente a situação atual da Ucrânia, a derrota política dos EUA/OTAN na guerra multi-

dimensional contra a Rússia, o fim da ordem unipolar, a importância dos BRICS no contexto de uma nova ordem multipolar e as perspectivas que se abrem para a luta de classes na Europa, EUA e no mundo inteiro.

Eles são fundamentais para a vanguarda de esquerda brasileira e internacional alicerçarem suas análises, suas posições políticas e suas propostas práticas para mobilizar a classe trabalhadora.

I – Jeffrey Sachs, professor da Universidade de Columbia e consultor sênior da ONU:

“Não se trata de um ataque de Putin à Ucrânia da maneira que nos é dito todos os dias. Isso começou em 1990, no dia 9 de fevereiro, quando James Baker, o terceiro Secretário de Estado dos EUA, disse a Mikhail Gorbachev que a OTAN não se moveria um centímetro para o leste, se ele concordasse com a unificação da Alemanha, basicamente encerrando a Segunda Guerra Mundial. Gorbachev disse que isso era muito importante. Sim, a OTAN não se moveria, e concordamos com a unificação da Alemanha. Os EUA então trapacearam nisso, já começando em 1994, quando Clinton assinou um plano para expandir a OTAN até a Ucrânia. Foi quando os chamados neoconservadores

chegaram ao poder, e Clinton foi o primeiro agente disso.”

A expansão da OTAN, em suma, é uma característica fundamental da política externa militarizada dos EUA, caracterizada pelo unilateralismo com mudanças de regimes políticos e guerras preventivas.”

Sachs escreveu outro texto publicado por quinze especialistas dos EUA:

“Por que os EUA persistiram em expandir a OTAN, apesar dessas advertências? O lucro das vendas de armas foi um fator importante. Enfrentando a oposição à expansão da OTAN, um grupo de neo-conservadores e altos executivos de fabricantes de armas dos EUA formaram o ‘Comitê dos EUA para Expandir a OTAN’. Entre 1996 e 1998, os maiores fabricantes de armas gastaram US\$ 51 milhões (US\$ 94 milhões hoje) em lobby e outros milhões em contribuições de campanha. Com esta generosidade, a expansão da OTAN rapidamente se tornou um negócio lucrativo. Os fabricantes de armas dos EUA venderam bilhões de dólares em armas aos novos membros da OTAN.

Até agora, os EUA enviaram US\$ 30 bilhões em equipamentos militares e armas para a Ucrânia, com uma ajuda total à Ucrânia superior a US\$ 100 bilhões. A guerra, já foi dito, é altamente lucrativa para alguns poucos.

***Dennis Fritz** é diretor da Eisenhower Media Network. Sargento Chefe do Comando da Força Aérea dos EUA (aposentado). ***Matthew Hoh** é diretor associado da Eisenhower Media Network. Ex-oficial do Corpo de Fuzileiros Navais e oficial do Estado e da Defesa. ***William J. Astore** é tenente-coronel da Força Aérea dos EUA (aposentado). ***Karen Kwiatkowski** é tenente-coronel da Força Aérea dos EUA (aposentado). ***Dennis Lai** é major-general do Exército dos EUA (aposentado). ***Jack Matlock**, embaixador dos EUA na URSS, 1987-91, é autor do livro Reagan e Gorbachev: Como acabou a Guerra Fria. ***Todd E. Pierce** é Major, Juiz Advogado, Exército dos EUA (aposentado). ***Coleen Rowley** é Agente Especial, FBI (aposentado). ***Jeffrey Sachs**, é professor na Universidade de Columbia. ***Christian Sorensen**, é especialista em língua árabe. ***Chuck Spinney** é membro da Força Aérea dos EUA, Engenheiro/analista aposentado no Gabinete do Secretário de Defesa. ***Winslow Wheeler**, conselheiro de segurança nacional de quatro estados republicanos e democratas. ***Lawrence B. Wilkerson** é Coronel do Exército dos EUA (aposentado). ***Ann Wright** é Coronel do Exército dos EUA (aposentada) e ex-diplomata.”



A OTAN (Organização do Tratado do Atlântico Norte) tem atualmente 32 países membros. São eles: Albânia, Alemanha, Bélgica, Bulgária, Canadá, Croácia, República Checa, Dinamarca, Eslováquia, Eslovênia, Espanha, Estados Unidos, Estônia, Finlândia, França, Grécia, Hungria, Islândia, Itália, Letônia, Lituânia, Luxemburgo, Macedônia do Norte, Montenegro, Noruega, Países Baixos, Polónia, Portugal, Roménia, Reino Unido, Suécia e Turquia.

nel da Força Aérea dos EUA (aposentado). ***Karen Kwiatkowski** é tenente-coronel da Força Aérea dos EUA (aposentado). ***Dennis Lai** é major-general do Exército dos EUA (aposentado). ***Jack Matlock**, embaixador dos EUA na URSS, 1987-91, é autor do livro Reagan e Gorbachev: Como acabou a Guerra Fria. ***Todd E. Pierce** é Major, Juiz Advogado, Exército dos EUA (aposentado). ***Coleen Rowley** é Agente Especial, FBI (aposentado). ***Jeffrey Sachs**, é professor na Uni-

versidade de Columbia. ***Christian Sorensen**, é especialista em língua árabe. ***Chuck Spinney** é membro da Força Aérea dos EUA, Engenheiro/analista aposentado no Gabinete do Secretário de Defesa. ***Winslow Wheeler**, conselheiro de segurança nacional de quatro estados republicanos e democratas. ***Lawrence B. Wilkerson** é Coronel do Exército dos EUA (aposentado). ***Ann Wright** é Coronel do Exército dos EUA (aposentada) e ex-diplomata.”

II – A URSS acabou. A OTAN continua combatendo qual “comunismo” na Ucrânia? Por que ainda existe a OTAN?

“A OTAN foi fundada no dia 04 de abril de 1949 mediante a assinatura do Tratado do Atlântico Norte na cidade de Washington, nos Estados Unidos, em um contexto geopolítico de polarização global conhecido como Guerra Fria (1947-1991).

Levando em consideração o contexto histórico, o principal objetivo para a criação da OTAN foi impedir o avanço do bloco comunista sobre os demais países, notadamente na Europa e na América do Norte. Isso bloquearia, por conseguinte, a influência da URSS sobre os países ocidentais”.

A Rússia restaurou o capitalismo em 1990. Por que o imperialismo EUA/OTAN foi se expandindo para a fronteira daquele país?

Basta observar o Mapa 1 para entender a estratégia dos EUA/OTAN de abrir uma guerra contra a Rússia, destruir esse país e tomar posse das suas riquezas naturais e materiais como fizeram no Iraque, Síria, Líbia, Palestina etc.

Sempre em nome da “Democracia e da Liberdade”.

Para tal fim a Ucrânia serviu como isca. Morreram mais de um milhão de pessoas nesta guerra. Para isso serve a OTAN!

III - Manifestações de massas nas ruas legalizam golpes de Estado?

O golpe de 1964 no Brasil foi precedido por manifestações massivas nas ruas. A Marcha da Família com Deus pela Liberdade foi o nome comum de uma série de manifestações públicas ocorridas entre 19 de março e 8 de junho de 1964.

A maior delas, articulada pelo CAMDE no Rio de Janeiro, levou cerca de um milhão de pessoas às ruas em 2 de abril de 1964.

Corria o dia 13 de março de 2016. A imprensa noticiava:

“Segundo levantamento do G1, a Polícia Militar contou 3,6 milhões de pessoas nas ruas do país, e os organizadores, 6,9 milhões.”

Com milhões de ‘amarelinhos’ nas ruas, a Globo fazendo do corrupto juiz Sergio Moro um herói nacional e chamando a população a se manifestar, foi dado o golpe de estado “democrático” via o Parlamento com acusações completa-

mente infundadas contra o governo de Dilma Roussef.

Também na Ucrânia, entre fins de 2013 e começos de 2014, milhares de pessoas saíram às ruas culminando no golpe de estado que depôs o presidente eleito pelas urnas, o Viktor Yanukovych.

Usar apenas as manifestações de massas sem caracterizar quem as dirige e com quais objetivos políticos fez com que setores da esquerda confundissem contrarrevolução com revolução, seja no Brasil em 2016, seja na Ucrânia em 2014.

IV - O governo Obama participou direta e ativamente. Foram os EUA quem dirigiram o golpe de estado de 2014 na Ucrânia

Victoria Nuland de 2014 participando pessoalmente do golpe de estado na Ucrânia distribuindo biscoitos para manifestantes anti-Yanukovych na praça Maidan.

Poucos meses antes, em maio de 2013, Nuland foi nomeada pelo governo norte-americano de Obama para atuar como secretária de Estado adjunta para assuntos europeus e eurasiáticos.

Em dezembro de 2013, ela disse em um discurso à Fundação EUA-Ucrânia que os EUA haviam investido mais de US\$ 5 bilhões em instituições democráticas, participação cívica e boa governança na Ucrânia desde 1991. Ela afirmou que essas eram pré-condições para a Ucrânia alcançar suas aspirações europeias.

Em 4 de fevereiro de 2014, uma gravação de uma ligação telefônica entre Nuland e o embaixador dos EUA na Ucrânia, Geoffrey Pyatt,



foi publicada no YouTube. Nuland disse a Pyatt que Arseniy Yatsenyuk seria o melhor candidato para ocupar este cargo. Nuland sugeriu que as Nações Unidas, em vez da União Europeia, deveriam estar envolvidas em uma solução política completa, acrescentando “foda-se a UE”.

Arseniy Yatsenyuk, indicado por Nuland, assumiu o cargo de primeiro-ministro após o golpe. Yatsenyuk era um ex-banqueiro milionário. Ele era parlamentar e teve um papel de destaque nas manifestações golpistas contra o presidente deposto Viktor Yanukóvich.

Os objetivos dos golpistas eram o de se associar à União Europeia e entrar na OTAN. Em poucas palavras, romper o comércio tradicional com a Rússia e poder implantar armas atômicas e demais armamentos militares na fronteira com este país.

Era, portanto, um aviso prévio da intenção de guerra contra o território russo para, uma vez mais, o “Ocidente” tentar abocanhar todas as riquezas e bens materiais da Rússia. Napoleão e Hitler, em épocas distintas, tentaram e foram completamente aniquilados.

V – A guerra na Ucrânia não começou em 2022. Seu início foi em 2014 com o golpe de estado pró-imperialista EUA/OTAN

Imediatamente após o golpe de estado várias regiões da Ucrânia não reconheceram o novo governo e se declararam independentes. Elas criaram a “República Popular de Donetsk” e a “República Popular de Lugansk”, regiões que ficam no leste ucraniano e fazem fronteira



com a Rússia.

A declaração de independência das regiões de Donetsk e Lugansk em 2014 foi um evento de grande importância, pois marcou o início de um conflito armado na Ucrânia, que se prolongaria por anos e resultaria na atual guerra entre a Rússia e a Ucrânia.

Em 11 de março de 2014, o parlamento da República Autônoma da Crimeia também adotou uma declaração de independência. Em 16 de março de 2014, a maioria dos eleitores votou a favor de um referendo pela integração à Rússia.

Donetsk e Lugansk são duas regiões majoritariamente russófonas e formam o Donbass, a bacia industrial da Ucrânia. Quase a metade da população da Ucrânia fala o idioma russo.

A proibição dos ucranianos russófonos utilizarem a sua língua, da-

rem expressão à sua identidade cultural, são elementos de um regime xenófobo que foi instalado a partir do golpe de Estado de 2014.

Foi o governo golpista que começou, em 2014, a guerra que dura até hoje ao levar seus exércitos para atacar estas regiões do leste da Ucrânia.

Em 25 de fevereiro de 2019 o Alto Comissariado das Nações Unidas para os Direitos Humanos (ACNUDH) relatou que estima o número total de vítimas relacionadas ao conflito na Ucrânia em 40.000-43.000 entre 14 de abril de 2014 e 31 de janeiro de 2019, segundo o comunicado, incluindo 12.800-13.000 mortos.

VI – Toda guerra é um roubo

A frase acima é de autoria de Eduardo Galeano, conhecido escritor, jornalista e intelectual uruguaio.

Aldino Graef | Enio Bucchioni

Em 30 de abril de 2025 Trump confirmou o roubo, segundo a Globo:

“Estados Unidos e Ucrânia assinaram nesta quarta-feira (30) um acordo econômico para a exploração das chamadas terras raras ucranianas - regiões ricas em minérios e recursos naturais.

O presidente americano, Donald Trump, pressionava a Ucrânia a assinar o acordo desde fevereiro. O tratado é visto como fundamental para que os Estados Unidos mantenham o apoio à Ucrânia na guerra contra a Rússia.

Trump afirma que o pacto é uma forma de fazer com que a Ucrânia reembolse os EUA pelos bilhões de dólares enviados em ajuda militar e financeira durante o conflito, que começou em 2022.

Na terça-feira, Trump disse: “Gastamos 350 bilhões. Acabamos de lhes dar, se são 300 ou 350 bilhões, ninguém sabe ao certo. Acrescentou ainda que o contribuinte norte-americano ‘vai receber o seu dinheiro de volta’ através do pacto sobre os minerais, que o presidente disse poder valer um trilhão de dólares”.

Biden também tinha interesses financeiros em jogo na Ucrânia:

“O filho de Joe Biden fez parte do conselho de administração da empresa de gás ucraniana Burisma por cinco anos, como parte de uma ‘junta internacional de alto perfil’ montada por Mykola Zlochevsky, um empresário e ex-ministro de Ecologia do país. Ele integrou o grupo em 2014, na época em que seu pai era vice-presidente do governo de Barack Obama.”

As duas frentes contrarrevolucionárias a nível mundial estão presentes na Ucrânia.

Biden/Kamala Harris/OTAN

atuando com dinheiro e armas que mataram mais de um milhão de pessoas.

Agora é a vez de Trump que tem seus aliados em várias partes do mundo, como por exemplo Milei, Bolsonaro, Giorgia Meloni, Viktor Orban e Marine Le Pen.

VI – Qual foi o roubo da guerra na Ucrânia?

Entre os dias 24 e 26 de fevereiro de 2022 nós escrevemos sobre quais interesses econômicos fizeram o governo Biden/Kamala Harris promover a guerra na Ucrânia e obrigar a Rússia a se proteger e realizar a sua auto-defesa.

“A crise ucraniana não tem muito a ver com a Ucrânia. É sobre a Alemanha e, em particular, um gasoduto que liga a Alemanha à Rússia chamado Nord Stream 2, tam-

bém conhecido como Gasoduto Russo-Alemão, Gasoduto do Mar Báltico. Washington vê o gasoduto como uma ameaça à sua primazia na Europa e tentou sabotar o projeto a cada passo. Mesmo assim, o Nord Stream avançou e agora está totalmente operacional e pronto para uso. Assim que os reguladores alemães fornecerem a certificação final, as entregas de gás começarão. Proprietários e empresas alemãs terão uma fonte confiável de energia limpa e barata, enquanto a Rússia verá um aumento significativo em suas receitas de gás. É uma situação ganha-ganha para ambas as partes.

É por isso que o governo Biden se opõe ao Nord Stream. Não é apenas um pipeline, é uma janela para o futuro; um futuro em que a Europa e a Ásia se aproximam em uma enorme zona de livre comércio que aumenta seu poder e

Os objetivos dos golpistas eram o de se associar à União Europeia e entrar na OTAN. Em poucas palavras, romper o comércio tradicional com a Rússia e poder implantar armas atômicas e demais armamentos militares na fronteira com este país

prosperidade mútuos, deixando os EUA do lado de fora. As relações mais calorosas entre a Alemanha e a Rússia sinalizam o fim da ordem mundial “unipolar” que os EUA supervisionaram nos últimos 75 anos. Uma aliança germano-russa ameaça acelerar o declínio da superpotência que atualmente está se aproximando do abismo. É por isso que Washington está determinado a fazer tudo o que puder para sabotar o Nord Stream e manter a Alemanha dentro de sua órbita. É uma questão de sobrevivência.”

Em setembro de 2022 os gasodutos foram sabotados e explodiram.

VII - Lenin afirmaria que a Rússia atual é imperialista?

Parte da esquerda brasileira e mundial, consciente ou inconscientemente, repetiram o que a mídia pró-imperialista propagandeou sobre o conflito na Ucrânia. De maneira ahistórica, para defenderem suas posições, afirmaram que a guerra na Ucrânia começou apenas em 2022 porque a Rússia de Putin é imperialista, por isso, invadiu a Ucrânia.

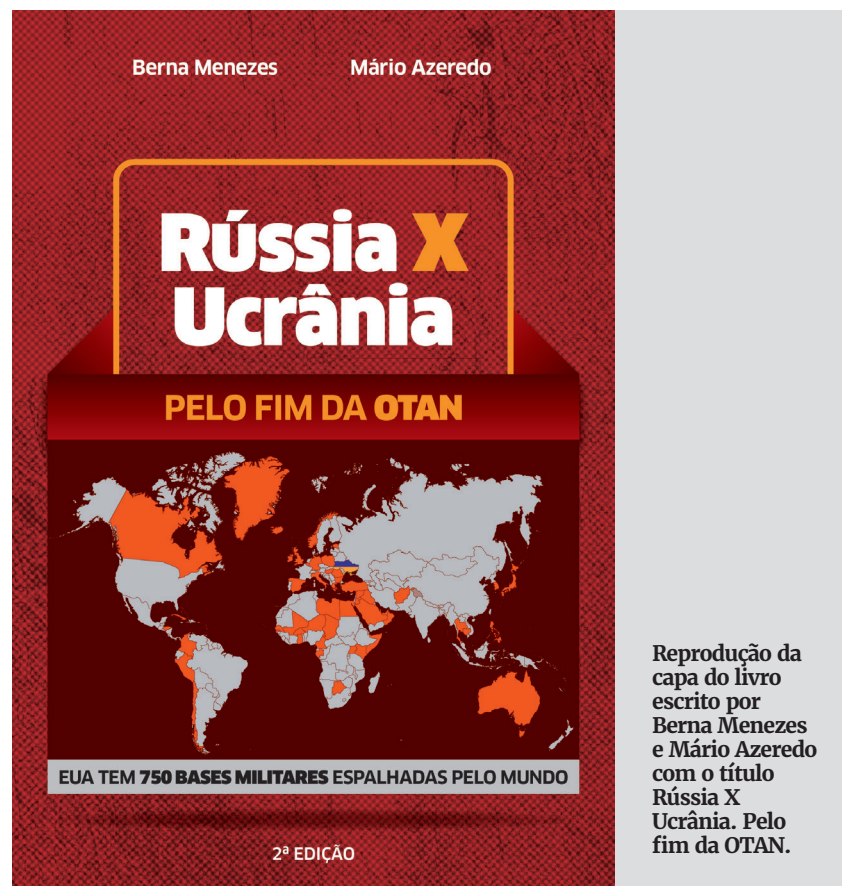
Como Zelensky era defendido pelos EUA/OTAN, então se trata de uma guerra inter-imperialista.

Assim, para algumas correntes políticas, não se deveria apoiar ninguém, nem um lado nem o outro.

Outras, tanto no Brasil como no exterior, chegaram até mesmo a ficar do lado do bloco EUA/OTAN/Zelensky e chegaram a propor “armas para a Ucrânia”.

Várias delas nem sequer exigiram o fim da OTAN.

No entanto, nossos amigos e companheiros Berna Menezes e Mário Azeredo, resgataram o méto-



Reprodução da capa do livro escrito por Berna Menezes e Mário Azeredo com o título Rússia X Ucrânia. Pelo fim da OTAN.

do da dialética marxista de análise e interpretação histórica bem como a teoria de Lenin sobre o que é o imperialismo e publicaram o livro Rússia x Ucrânia em 2022.

“Vivemos numa época imperialista e quando Lenin trabalhou esse conceito em ‘O Imperialismo, Fase Superior do Capitalismo’, atestou no capítulo VII se tratar de particularidades, e apontou cinco traços fundamentais: 1) a concentração da produção e do capital levada a um grau tão elevado de desenvolvimento que criou os monopólios, os quais desempenham um papel decisivo na vida econômica; 2) a fusão do capital bancário com o capital industrial e a criação, baseada nesse ‘capital financeiro’ da oligarquia financeira; 3) a exportação de capitais, diferentemente da exportação de mercadorias, adquire uma

importância particularmente grandes; 4) a formação de associações internacionais monopolistas de capitalistas, que partilham o mundo entre si; 5) o termo da partilha territorial do mundo entre as grandes potências capitalistas mais importantes. Portanto, essa grande época imperialista surge com a fusão dos monopólios industriais com o bancário-financeiro.”

A pergunta que fica para toda a esquerda brasileira e internacional é a seguinte:

O que a Rússia atual de Putin tem a ver com os critérios de Lenin?

A Rússia atual preenche todos os critérios leninistas? Com a palavra os coletivos de esquerda que, ou se omitem na defesa da Rússia, ou defendem diretamente o bloco imperialista Biden/Kamala Harris / Trump / OTAN / Zelensky!

Donald Trump e o Panamá: De volta a 1903?



Olmedo Beluche

Professor Departamento de Sociologia da Universidade Nacional do Panamá.

Para a ideologia imperialista ianque, os Estados Unidos são o equivalente moderno do Império Romano, e cada presidente norte-americano deve se apresentar, assim como os antigos césores, como conquistador de algum território e massacrador de algum povo “bárbaro”. Donald Trump não pretende ficar atrás nesse objetivo, de modo que, em seu discurso de posse, estabeleceu como meta a “conquista” do Panamá - o equivalente à Gália de Júlio César, em sua imaginação.

Para tornar sua pretensão ainda mais grandiosa, tentou convencer o

público norte-americano de que o pequeno istmo do Panamá e seu canal haviam sido tomados pelo maligno poder militar de sua potência rival, a China. Ele afirmou que os governantes corruptos do Panamá (essa parte é verdadeira) receberam de presente o Canal do Panamá, construído por eles, em troca de um dólar (falso), e que sua administração foi transferida para o império chinês (parece uma piada; no Panamá, as pessoas deram risada).

Como bom publicitário, mais do que guerreiro, Donald Trump precisava dar alguns golpes de efeito

que parecessem uma grande vitória, quando na verdade ele estabeleceu um objetivo fácil. Em vez de agir como Júlio César, que conquistou a Gália, Trump agiu como Calígula, que fingiu conquistar a Britânia, mas se contentou em recolher conchas do mar da costa francesa para apresentá-las como prova de seu triunfo.

Assim, ciente da corrupção, docilidade e covardia do governo panamenho, liderado por José Raúl Mulino (presidente da república panamenha de legitimidade questionável), ele enviou primeiro sua tropa de choque encabeçada por Marco Rubio, secretário de Estado. Rubio apenas mostrou os dentes e já conseguiu que o presidente panamenho rompesse o acordo da Rota da Seda com a China, declarasse o congelamento das relações com esse país, aceitasse receber migrantes expul-

sos dos Estados Unidos e até mesmo uma base militar em Darién.

Com o terreno já preparado, Donald Trump enviou ao Panamá, na segunda semana de abril, seu centurião: Pete Hegseth, secretário de Defesa. Com orgulho, este levou a Washington um Memorando de Entendimento.

Tal memorando concede aos Estados Unidos três bases militares às margens do Canal do Panamá, revivendo instalações militares extintas em 1999 graças à luta de gerações do povo panamenho, que resultou nos Tratados Torrijos-Carter de 1977. As bases militares cedidas pelo governo de Mulino e por seu ministro da Segurança, Frank Ábre-go, são:

1. A base aérea de Howard, que havia sido renomeada como tenente Octavio Rodríguez - herói panamenho assassinado pelas tropas norte-americanas durante a invasão de 20 de dezembro de 1989 - representa uma ofensa à memória dos mortos naquela agressão do exército dos Estados Unidos ao Panamá, que deixou mais de 500 mortos, segundo dados oficiais.

2. A base naval de Rodman, renomeada como Vasco Núñez de Balboa e capitão Noel A. Rodríguez, está localizada no setor oeste da entrada do canal, exatamente em frente ao porto de Balboa, administrado (até agora) pela empresa chinesa Panamá Ports.

3. A base aeronaval de Sherman, que havia sido rebatizada como Cristóvão Colombo, inclui aeroporto, porto e um campo de tiro, e está situada no setor oeste do lado caribenho do canal, em frente à cidade de Colón e ao porto de Cristóbal

(também administrado pela empresa chinesa Panamá Ports).

4. Além disso, por meio de uma Declaração Conjunta - cujo texto ainda não veio a público - assinada pelo ministro do canal, José Icaza, e por Hegseth, Trump conseguiu o livre trânsito de embarcações da marinha dos Estados Unidos pelo Canal do Panamá, a um “custo neutro” para o Panamá (embora ninguém saiba ao certo o que isso significa).

5. Um presente adicional para Trump foi a auditoria realizada pela Controladoria Geral da República do Panamá sobre o contrato com a em-

presa chinesa Hutchinson, responsável pela administração dos portos de Balboa e Cristóbal. A auditoria foi divulgada no mesmo dia da chegada de Pete Hegseth e revelou abusos econômicos contra o Panamá - semelhantes aos cometidos por outros portos e empresas transnacionais que operam no país -, o que pode levar à anulação da concessão.

Mulino e seus ministros tentam enganar o povo panamenho dizendo que o Memorando fala em respeito à “soberania” panamenha e que não menciona o termo “base militar”. No entanto, uma base militar

Olmedo Beluche

continua sendo uma base militar se, como afirma o item 1 do Memorando: “... militares e civis contratados dos EUA poderão utilizar os locais autorizados, as instalações e áreas designadas para oferecer treinamento, realizar atividades humanitárias, conduzir exercícios, visitas, armazenar ou instalar bens dos EUA, e quaisquer outras atividades, conforme definido mutuamente pelas Partes.” Tudo isso, sem nenhum custo para os Estados Unidos (item 5).

O item 2 menciona o aprofundamento da “relação em matéria de segurança” para “enfrentar desafios de segurança compartilhados”, sem especificar quais seriam esses desafios. Contudo, em suas declarações, Hegseth deixou claro que o desafio a ser enfrentado era a China.

Embora o item 6 afirme que a segurança primária nessas áreas cabe ao Panamá, o item 7 determina que “certas seções das instalações e áreas designadas para uso de militares norte-americanos” só poderão ser acessadas pelas forças de segurança panamenhas mediante “notificação prévia”.

O item 11 do Memorando estabelece que militares e “bens” dos EUA - incluindo veículos, embarcações e aeronaves - devem permanecer sob controle dos EUA, inclusive no que diz respeito aos resíduos gerados por algum incidente ou acidente...

Cabe ressaltar que, em seu preâmbulo, o Memorando fundamenta-se no intercâmbio de notas denominado “Acordo entre o Governo da República do Panamá e o Governo dos Estados Unidos da América relativo à condição de militares dos Estados Unidos que possam estar temporariamente pre-

Trump marca uma primeira vitória aparentemente fácil, com o apoio de um governo servil e submisso como o de Mulino.

sentes no Panamá”, assinado em 15 e 20 de setembro de 2022, bem como no “Acordo de Aquisição e Prestação Recíproca de Serviços (US-PA-01)” entre o Ministério da Segurança Pública do Panamá e o Departamento de Defesa dos Estados Unidos da América, firmado em 28 de junho de 2019 (o ACSA).

Isso demonstra que a traição aos Mártires de 9 de Janeiro de 1964, que lutaram sob o lema “Bases, não”, já havia começado com os governos de Juan Carlos Varela (Panameñista) e de Laurentino Cortizo (PRD). A política de retorno da presença militar norte-americana no canal começou a ser executada pelo governo democrata de Joseph Biden e não é exclusividade de Donald Trump.

Trump marca uma primeira vitória aparentemente fácil, com o apoio de um governo servil e submisso como o de Mulino. Com isso, Donald Trump busca emular o pre-

sidente William McKinley, a quem fez referência em seu discurso de posse em 20 de janeiro passado. Foi McKinley quem declarou guerra à Espanha, em 1898, tomando suas últimas colônias - Cuba, Porto Rico, Filipinas e Guam - e transferindo-as ao controle dos Estados Unidos, para transformar o país em uma potência extracontinental.

Esse movimento colocou o Panamá como um objetivo estratégico dos EUA, com o intuito de construir um canal que permitisse à sua marinha “defender” seus interesses imperialistas em ambos os oceanos. McKinley acabou assassinado, e coube ao seu sucessor, Theodore Roosevelt, completar o projeto de expansionismo imperialista no Istmo do Panamá.

Muitos panamenhos e paname-nhas desconhecem que Roosevelt forçou a separação do Panamá da Colômbia, em 3 de novembro de 1903, por meio de uma invasão militar com mais de 10 couraçados e milhares de soldados, para impor o Tratado Hay-Bunau Varilla. Depois, ainda se gabou dizendo: “*Eu tomei o Panamá*”.

Por ora, Donald Trump exhibe sua pequena vitória, mas o povo panamenho começa a tomar consciência da traição consumada por Mulino. Inicia-se a mobilização em defesa da soberania nacional, pisoteada pelo imperialismo ianque e pelos traidores da pátria. Nosso povo encontrará inspiração nas gerações que nos precederam, como os Mártires de Janeiro de 1964, que enfrentaram as balas dos ianques ao grito de: BASES, NÃO!

Panamá, 12 de abril de 2025.

Com o terreno já preparado, Donald Trump enviou ao Panamá, na segunda semana de abril, seu centurião: Pete Hegseth, secretário de Defesa. Com orgulho, este levou a Washington um Memorando de Entendimento. Tal memorando concede aos Estados Unidos três bases militares às margens do Canal do Panamá

Venezuela rebelde II



Mário Azeredo

Coordenação Nacional
do Fortalecer o PSOL

O Progressismo rosa é insuficiente para enfrentar a extrema direita

No último artigo sobre a situação política da Venezuela, levantamos 4 pontos que na nossa opinião separam a esquerda, entre os que defendem as posições do governo venezuelano, dos que são contrários.

Não estamos tratando da mídia corporativa manipuladora, nem dos

governos pró-imperialista do Ocidente. Estamos falando dos setores da esquerda e dos progressistas, que tratam a democracia burguesa como um fim em si mesma.

Parte importante dos argumentos desses setores críticos as posições da Venezuela, não levam em conta o papel do imperialismo norte-americano e europeu, sobre os destinos dos demais países. E ao não fazer

isso, também não debatem a importância da autodeterminação das nações “dependentes” ou “semicolônias”. A Venezuela tem muitos problemas, mas problemas de quem escolheu o caminho de defender a soberania nacional, enfrentando os poderes internacionais.

Feito essa observação, queremos retomar os dois primeiros pontos que tratamos na edição anterior da revista *Linha Vermelha*. A saber: Uma revolução no Regime Democrático Burguês e sobre o Bonapartismo sui generis, a luz dos processos eleitorais que ocorreram nesse último período.

O voto é obrigatório na Argen-

tina e no Brasil, diferente do que acontece na Venezuela. No último processo eleitoral municipal da Argentina, 47% do eleitorado não foi votar e o candidato de Milei ganhou as eleições em Buenos Aires, com 30% dos votos do total dos votantes. O segundo colocado foi o candidato dito de “centro esquerda”, Leandro Santoro, que alcançou 27,35% e, em terceiro lugar, com 15,93%, foi o candidato da direita tradicional neoliberal. A esquerda socialista, reduziu seu tamanho em meio a uma guerra de classes promovida por Milei, contra os direitos de todos os trabalhadores e aposentados. Em seis meses de governo,

A Venezuela tem muitos problemas, mas problemas de quem escolheu o caminho de defender a soberania nacional, enfrentando os poderes internacionais

Milei já enfrentou 3 greves gerais e mobilizações de rua dos aposentados, que ganharam apoio da população, contra a repressão do governo. Milei é um neofascista, que se reivindica anarcocapitalista. Leandro Santoro, que podemos caracterizar como social-liberal e a direita tradicional, que ficou em terceiro lugar é neoliberal, com um projeto muito parecido com o de Milei. Por isso mesmo, perdeu força eleitoral, por não ter diferença com o projeto do governo federal.

Mas o foco que queremos tratar aqui é sobre a obrigatoriedade do voto, a crise econômica e a abstenção altíssima. Parte importante da abstenção está diretamente relacionada ao desânimo de parte da população, que não vê saída para sua situação através do voto. O voto no presidente Milei já foi um voto de protesto, um voto de amplos setores indignados com as diversas tendências peronistas, e com os demais partidos tradicionais da burguesia, que não tem projeto de transformação. Ao mesmo tempo, o eleitorado abandonou a esquerda, que não

consegue apresentar uma saída para os problemas reais, nem um projeto de superação do sistema capitalista. O discurso radical de Milei e de seus aliados, com apelo a “liberdade” total e antissocial, empalma com a indignação das massas empobrecidas e de setores da classe média.

A outra comparação é com as abstenções nos processos eleitorais no Brasil. Aqui o voto também é obrigatório e nas últimas eleições de 2024, mais de 11 milhões de brasileiros não compareceram às urnas. Isso é 29,53% de eleitores que deixaram de participar do processo. Os especialistas tentam justificar o alto grau de abstenções, mesmo num processo obrigatório, pelo baixo nível de escolaridade e de renda, mas essas avaliações são superficiais.

O determinante é a política. O regime democrático burguês está em crise, ele não responde aos anseios, nem as necessidades objetivas da população. As instituições estão cheias de representantes burgueses neoliberais e/ou neofascistas. Onde tem representantes da esquerda, esses não são coerentes na luta

contra o capitalismo e sua contra-revolução econômica. No limite, na oposição a esquerda e os reformistas denunciavam as injustiças, mas ao chegar no governo seguem aplicando o mesmo projeto neoliberal. Isso aconteceu com o Bloco de Esquerda e os social-democratas em Portugal e eles perderam espaço institucional mais uma vez nas últimas eleições. O caso brasileiro é o mais sintomático, porque Bolsonaro, que é um neofascista e negacionista, perdeu as eleições presidenciais. Mas a extrema direita cresceu em todas as instituições do Estado. Porquê? As pessoas progressistas votam em Lula, mas não acreditam que ele possa mudar a vida delas. No limite, votam para derrotar a extrema direita neofascista. Os reformistas ligados ao lulismo, não tem um projeto de transformação social. Se adaptaram ao jogo político e ao calendário eleitoral.

Voltemos ao objetivo central desse artigo. Que é mostrar que na Venezuela houve uma revolução no regime democrático burguês. Que acabou com o Senado e aprofundou a democracia direta através

de um processo constituinte que envolveu amplos setores da população e, isso fez com que parte substancial do povo se sentisse parte do projeto de Nação. No último dia 25 de maio, ocorreram eleições na

No caso da Venezuela, o Chavismo foi a expressão de uma mudança radical no regime e de uma postura ativa do Comandante Chávez no enfrentamento com o imperialismo ianque e a burguesia venezuelana



Ronaldo Peña / EFE

Mário Azeredo

Venezuela. 42,63% da população participou ativamente do processo, mesmo tendo setores da direita golpistas chamando a população a boicotar o processo eleitoral. É importante salientar que na Venezuela o voto não é obrigatório.

Como afirmamos acima, o que determina a participação ou não das pessoas nos processos eleitorais é a política. A compreensão de que votar pode ou não mudar suas vidas. No caso da Venezuela, o Chavismo foi a expressão de uma mudança radical no regime e de uma postura ativa do Comandante Chávez no enfrentamento com o imperialismo ianque e a burguesia venezuelana, que sempre parasitou na renda do petróleo.

Nesses últimos 25 anos, o povo venezuelano foi chamado a decidir os rumos do país, através do voto em 32 eleições, plebiscitos e referendos. Foi um processo de polarização e definições que fizeram com que a população se sentisse protagonistas das mudanças de verdade. Chávez e depois o presidente Maduro, se apoiaram nas massas populares, para garantir a segunda independência da Nação. Romperam com a oligarquia corrupta e enfrentaram uma verdadeira guerra. Sofreram diversas tentativas de golpes, bloqueio econômico e financeiro e, sanções contra os representantes legítimos do governo. Além de enfrentar uma campanha mentirosa da mídia corporativa internacional de que a Venezuela vive uma ditadura. Chegaram a quase o limite da forma, mas resistiram e estão aprofundando a democracia participativa, através das comunas e das missões, onde a população define parte do

orçamento federal. A extrema direita no mundo, sempre questionou os resultados eleitorais, quando não os beneficia. Vide Trump e Bolsonaro. Não foi diferente na Venezuela. A extrema direita não reconheceu os resultados e chegou ao limite de pedir intervenção militar dos EUA, nos assuntos internos da República Bolivariana da Venezuela.

O que difere o processo amplo de participação eleitoral da Venezuela, com seus 82% de votos na Frente governista, Gran Polo Patriótico “Simon Bolívar”, do processo eleitoral da Argentina, do Brasil e até mesmo, o de Portugal, como exemplos de eleições que ocorreram há poucos dias ou meses, é que, na Venezuela ocorreu uma revolução no regime, que se apoiou nos anseios das massas. O governo bolivariano

fez concessões aos trabalhadores e ao povo pobre, ao mesmo tempo que recebeu apoio popular, se fortalecendo para enfrentar a oligarquia nacional e o imperialismo, para garantir um grau de independência e soberania nacional. Nos outros casos, as forças ditas progressistas estão acomodadas. Não acreditam na mobilização social, nem numa política independente, sequer passa na cabeça desse campo um enfrentamento real com o imperialismo.

Enquanto isso, a Venezuela segue se “reinventando”, escrevendo seu futuro nas urnas e nas ruas. São 25 anos de Chavismo e 32 processos eleitorais, onde o chavismo perdeu somente em 2 e respeitou o resultado. A direita golpista nunca aceitou suas derrotas. Esse é um método da onda neofascista mundial.

O governo bolivariano fez concessões aos trabalhadores e ao povo pobre, ao mesmo tempo que recebeu apoio popular, se fortalecendo para enfrentar a oligarquia nacional e o imperialismo, para garantir um grau de independência e soberania nacional.



Christofer Dalla Lana

A juventude exige um novo futuro no presente



Ocupe!
Juventude Socialista

A juventude periférica enfrenta desafios brutais: precarização do trabalho, educação sucateada, além do capitalismo predatório que aprofunda desigualdades e acelera as crises climáticas. Para estudantes e jovens trabalhadores, a realidade é de jornadas exaustivas no ambiente de trabalho e doméstico, que rouba tempo de estudo, lazer e dignidade. Ao mesmo tempo, enfrentamos catástrofes ambientais causadas por um sistema que privilegia o lucro acima da vida, destruindo a biodiversidade e comprometendo o futuro do planeta.

A juventude quer vida além do trabalho

No Brasil, segundo o IBGE, mais de 8 milhões de jovens (15 a 29 anos) são obrigados a conciliar trabalho e estudo, muitas vezes em empregos informais, em escala 6X1, sem a garantia de direitos e com salários baixos. Além disso, mais de 9 milhões de jovens nessa mesma faixa etária não trabalham e nem estudam, resultado de uma realidade marcada pelo aumento dos casos de depressão e ansiedade diante da ausência de perspectiva de vida dentro do sistema capitalista.

A escala exaustiva e a uberização simbolizam essa lógica perversa: seis dias de trabalho por um de descanso ou a submissão a aplicativos que exploram sem oferecer garantia, esgotando corpos e mentes. A reforma

trabalhista, a terceirização e a economia de plataformas ampliaram a precariedade, enquanto os cortes orçamentários tornam o acesso e a permanência nas Escolas, Institutos e Universidades públicas cada vez mais difíceis. E mesmo com políticas de cotas e assistência estudantil, o ensino superior ainda está distante para a juventude periférica.

Um sistema que destrói vidas e o planeta

Os capitalistas não só exploram a classe trabalhadora, mas também destroem a natureza rumo ao colapso. As consequências são visíveis: secas, enchentes, temperaturas extremas e a extinção acelerada das espécies. Na educação, o impacto é brutal: apenas 34% das salas de aula de escolas públicas têm climatização

(CIEPP), e mais de 6 mil escolas não possuem água potável (Censo Escolar), mostrando como a crise ambiental aprofunda o abandono das escolas públicas. E, usualmente, os trabalhadores e a juventude periférica são os mais afetados.

Segundo a UNICEF, crianças e adolescentes estão entre os mais vulneráveis às mudanças climáticas. No Brasil, são mais de 40 milhões diretamente ameaçados. Enquanto isso, bilionários lucram com a destruição do nosso futuro e constroem bunkers para protegerem-se da destruição que eles mesmos ajudam a criar, enquanto governos neoliberais cortam políticas ambientais e sociais, aprofundando as desigualdades. A maioria da população jovem vive para trabalhar e sobreviver em um mundo cada vez mais auto-

Ocupe! Juventude Socialista

matizado, menos humano, onde até a vida se transforma em mercadoria.

A saída é pela esquerda: Nada deve parecer impossível de mudar

Diante desse cenário, a saída não é individual. Mas sim, coletiva. É preciso fortalecer uma esquerda combativa, disposta a romper com o velho e construir novas formas de organização social e de relação com a natureza. Como disse Karl Marx “A história da sociedade até os nossos dias é a história da luta de classes”. É somente por meio da luta da classe trabalhadora, aliada com o movimento estudantil, que podemos transformar a realidade.

Precisamos lutar por direitos, pelo fim do arcabouço fiscal e pela redu-

ção da jornada de trabalho e o fim da escala 6X1 - uma pauta que tem o apoio de 76% dos jovens brasileiros. Também é urgente garantir trabalho digno, taxar grandes fortunas, ampliar o orçamento da educação, fortalecer a assistência estudantil nas escolas e universidades e expandir os serviços públicos por meio de concursos. É fundamental ampliar o acesso às universidades, acabar com o vestibular como mecanismo de exclusão e garantir permanência a todos os estudantes. E primordialmente, é preciso enfrentar de forma radical a destruição ambiental, com reflorestamento, justiça climática e defesa da biodiversidade.

Organize-se no Ocupe!

O Ocupe! Juventude Socialista é um movimento de juventude anticapitalista e antifascista que reúne estudantes, jovens trabalhadores, negros e negras, mulheres, LGBTQIAPN+ e pessoas neurodivergentes que decidiram enfrentar esse sistema com coragem, solidariedade e contestação. Atuamos nas universidades, escolas, bairros e ruas, construindo lutas por educação pública, dignidade, cultura e justiça social e ambiental.

Acreditamos que um mundo melhor é possível e nos propomos a estar na vanguarda desse processo. Este propósito orienta nossa luta diária. Se você, assim como nós do Ocupe, também ousa sonhar com um mundo justo, fazemos um convite para que nos conheça e compartilhe conosco seus anseios e, acima de tudo, suas lutas. Viver é fazer política e a transformação social só virá através da organização da classe trabalhadora.

É preciso fortalecer uma esquerda combativa, disposta a romper com o velho e construir novas formas de organização social e de relação com a natureza



vicongressonacionaldarede.com.br

O VI Congresso e o giro à esquerda da Rede Sustentabilidade



Elson Lourinho
Porta-voz da Rede Sustentabilidade no Pará



Andrea Amador
Porta-voz da Rede Sustentabilidade em Belém

A gênese da Rede Sustentabilidade remonta ao “Movimento por uma Nova Política”, iniciado em 2011, que contava com figuras proeminentes como Heloísa Helena, senadora e ex-vereadora de Maceió, Marina Silva, senadora e ex-ministra do Meio Ambiente, Alfredo Sirkis, ex-deputado federal e ambientalista, Walter Feldman, ex-deputado federal e ex-secretário de estado em São Paulo, Ricardo Young, ex-vereador da cidade de São Paulo, Úrsula Vidal, jornalista e cineasta, e Pedro Ivo, ambientalista e coordenador da Carta da Terra. Este movimento visava promover uma renovação política pautada na sustentabilidade, transparência e participação cidadã, unindo apoiadores de diversos espectros políticos e sociais em busca

de uma alternativa ao sistema partidário tradicional.

Em 2013, a tentativa de oficialização da Rede como partido foi frustrada pelo Tribunal Superior Eleitoral (TSE), que alegou insuficiência de assinaturas válidas. Como resultado, Marina Silva e os apoiadores do movimento se filiaram ao Partido Socialista Brasileiro (PSB) e ao Partido Popular Socialista (PPS) para concorrer nas eleições de 2014. Apesar disso, o Movimento se manteve ativo, e em 2015, a Rede Sustentabilidade finalmente conquistou seu registro oficial como partido político. Esse período foi marcado por intensos debates sobre a urgência de uma nova forma de fazer política no Brasil, centrada na sustentabilidade e na ética pública.

Os erros de Marina

Marina Silva, figura emblemática do ambientalismo no Brasil, candidatou-se à presidência em três ocasiões. Em 2010, representando o Partido Verde (PV), obteve 19,33% dos votos válidos, terminando em terceiro lugar, atrás de Dilma Rousseff (PT) e José Serra (PSDB). Em 2014, após a trágica morte de Eduardo Campos, assumiu a candidatura pelo PSB, chegou a liderar pesquisas, mas acabou em terceiro lugar novamente, com 21,32% dos votos válidos. Já em 2018, pela Rede Sustentabilidade, seu desempenho foi ainda mais modesto, com apenas 1% dos votos, ficando em oitavo lugar.

Perder eleições é parte do jogo democrático. Uma derrota, em si, não define o curso de uma trajetória política; são os erros e acertos que moldam o destino de uma liderança pública. E, neste contexto, Marina cometeu erros significativos. O primeiro deles não ocorreu em 2010, quando, em um segundo tur-

no dramático entre Dilma Rousseff e Aécio Neves, optou por apoiar o tucano, sem consultar sua equipe de campanha. Posteriormente, sua adesão ao lavajatismo - um conluio que corroeu o Judiciário para fins políticos sob a liderança de Moro e Dallagnol - culminou em seu segundo erro fatal: o apoio ao impeachment de Dilma Rousseff, presidente legitimamente eleita. O senador Randolfe Rodrigues (REDE-AP) não seguiu a orientação de Marina e votou contra o impeachment.

Capitalismo Verde X Ecosocialismo

Com o tempo, a Rede Sustentabilidade se dividiu em dois blocos. De um lado, o grupo liderado por Marina Silva, denominado Rede Vive, que flerta com o “capitalismo verde”. Do outro, o grupo capitaneado por Heloísa Helena, batizado de “Rede pela Base”, que se aproxima do ecosocialismo defendido por Michel Löwy e do New Green Deal de Bernie Sanders e Alexandria Ocasio-Cortez. Ambas as vertentes criticam o “capitalismo verde”, argumentando que ele perpetua a lógica do mercado e do lucro enquanto tenta mitigar a crise climática.

Os membros da Rede pela Base, como Heloísa Helena e Pedro Ivo, sustentam que a abordagem dos “ecologistas de mercado” não resolve as causas estruturais da degradação ambiental, pois continua a depender de um crescimento econômico baseado em combustíveis fósseis, concentração de renda e superexploração de recursos naturais. Pedro Ivo ressalta que o “capitalismo verde” oferece paliativos, como “compensação de carbono”,

“inovação tecnológica” e “consumo equilibrado”, sem alterar as dinâmicas econômicas que levaram à crise climática. Para eles, o modelo se torna um paradoxo: busca mitigar os impactos ambientais sem desafiar o sistema que os gerou.

A Rede pela Base propõe uma alternativa para superar o “capitalismo verde”. Em vez de confiar no mercado para resolver a crise climática, defende um modelo de investimento público maciço em infraestrutura sustentável, energia renovável e pleno emprego, questionando a apropriação privada da riqueza social, que é o cerne do capitalismo. O papel ativo do Estado na transição para uma economia de baixo carbono é fundamental, assegurando que os benefícios sejam distribuídos de forma equitativa, em vez de concentrados nas grandes corporações. A curto prazo, a Base busca integrar as agendas econômica, social e ambiental, promovendo crescimento econômico sem comprometer o meio ambiente.

A virada no VI Congresso

A cobertura da imprensa sobre a perda de controle de Marina Silva na Rede Sustentabilidade durante um “congresso tenso” em Brasília refletiu o quanto as aparências enganam. Marina, que parecia a “grande liderança” do partido era, na verdade, a liderança da minoria. A chapa Rede pela Base, de Heloísa Helena, conquistou a vitória com 221 votos, representando 74% dos delegados presentes, enquanto a corrente apoiada por Marina Silva e Túlio Gadelha obteve apenas 79 votos (26%).

O novo presidente do partido,

Paulo Lamac, engenheiro e ex-vice-prefeito de Belo Horizonte (MG), chega ao cargo com o apoio declarado de Heloísa Helena e a promessa de unificar a legenda, já deixando claro que uma inflexão política está em curso. “É hora de reencontrar o povo e reoxigenar nossas bandeiras”, afirmou Lamac em seu discurso de posse. A Rede agora se encontra em uma nova configuração, federalizada com o PSOL, partido anteriormente associado a Heloísa Helena.

A derrota de Marina Silva representa um abalo em sua liderança política, mesmo que ela ainda ocupe uma cadeira como ministra no governo Lula. Sua tentativa frustrada de manter o controle da sigla surpreendeu alguns, mas não aos observadores da vida interna do partido. A rejeição à sua liderança, amplamente sentida entre os militantes e dirigentes no congresso, evidencia sua desconexão com os novos tempos e sua inabilidade política para a disputa interna. O uso de ataques na imprensa, o abuso da litigância de má fé e a tentativa de desqualificar as decisões do congresso e macular os dirigentes majoritários demonstra uma postura autoritária e de desrespeito às instâncias e aos ritos internos do partido.

Analistas reconhecem o resultado como uma reação da base contra o distanciamento de Marina das pautas populares e da articulação com as bases sociais que sustentam o dia a dia do partido.

O VI Congresso da Rede sinaliza o início de um novo tempo, onde o verde da luta ambiental e o vermelho da luta social se entrelaçam em uma única bandeira.

Fortaleça as iniciativas, movimentos e organização da nossa classe!



Última edição



Adquira e leia nossas contribuições



Ocupe as redes!

Fortalecer o PSOL

 fortaleceropsol.com.br
 [fortalecer_psol](https://www.instagram.com/fortalecer_psol)
 [fortalecer.psol](https://www.facebook.com/fortalecer.psol)



PSOL nas redes

 linktr.ee/psolnasredes



Glauber Braga
Deputado Federal
PSOL/RJ

 linktr.ee/glauberbraga



Luiza Erundina
Deputada Federal
PSOL/SP

 linktr.ee/luizaerundina



Débora Camilo
Vereadora do PSOL
em Santos/SP

 linktr.ee/deborapsol



Ocupe
Juventude Socialista

 linktr.ee/ocupe_br



**Ajude e apoie a
imprensa alternativa**

R\$200

Colaboração

R\$80

Anual

R\$20

Unitário



Entre em contato
para garantir a sua
assinatura ou sua edição
da **Linha Vermelha**

linhavermelha.org.br/contribua





VISITE NOSSO SITE

linhavermelha.org.br

Acesse leia e compartilhe a
comunicação de esquerda.



O que seria deste mundo sem
militantes? Como seria a condição
humana se não houvesse militantes?

Não porque os militantes sejam
perfeitos, porque tenham sempre a
razão, porque sejam super-homens
e não se equivoquem. Não é isso.

**É que os militantes não vêm para
buscar o seu, vêm entregar a alma
por um punhado de sonhos**

MUJICA

★ 20/05/1935

† 13/05/2025



SEBASTIÃO

★ 08/02/1944

† 23/05/2025

